



Porto do Açu Operações S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020 e 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.	3
Balanços patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados	9
Demonstrações dos resultados abrangentes	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	13



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Conselheiros e Diretores da
Porto do Açú Operações S.A.**

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Porto do Açú Operações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto do Açú Operações S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Porto do Açú Operações S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1 - Valor recuperável de propriedades para investimento e ativo imobilizado

Veja a Notas n. 16 e 17 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Principal assunto de auditoria	Como a auditoria avaliou esse assunto
A Companhia avaliou a existência de indicadores de redução ao valor de ativos, quando possível individualmente, e em relação à sua unidade geradora de caixa ("UGC"). Para o cálculo do valor recuperável da UGC utilizou-se do método de fluxo de caixa futuro, com base em projeções econômico-financeiras. Devido às incertezas inerentes relacionadas com as projeções de fluxo de caixa e suas estimativas para determinar a capacidade de recuperação de ativos, como a taxa de desconto, crescimento econômico projetado, projeção da receita na determinação do valor em uso dos ativos, e à complexidade do processo, o qual requer um grau significativo de julgamento para determinação da estimativa contábil, que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto como significativo para a auditoria das demonstrações financeiras.	Nossos procedimentos incluíram, dentre outros: – Entendimento do processo de preparação e revisão do plano de negócios e análises ao valor recuperável disponibilizadas pela Companhia. – Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas em finanças corporativas, das premissas e as metodologias utilizadas na preparação do modelo de fluxo de caixa futuro, como o crescimento econômico projetado para o setor, estimativa das receitas projetadas, a inflação de custos e as taxas de desconto, confrontando-as com dados obtidos de fontes externas e internas e elaborando análise de sensibilidade. – Conferência aritmética dos modelos econômicos dos fluxos de caixa futuros e resultados projetados, confrontando-os com as informações contábeis e relatórios gerenciais e com os planos de negócios aprovados pela Administração. – Avaliação das análises preparadas pela Administração para a recuperabilidade de ativos individuais, com base na extensão pela qual esses ativos seriam utilizáveis. – Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes, principalmente em relação ao teste do valor em uso e sua comparação com o valor recuperável.

- Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que são aceitáveis, no tocante à sua recuperabilidade, os saldos das propriedades para investimento e do ativo imobilizado, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

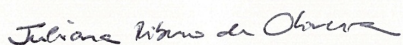
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Juliana Ribeiro de Oliveira
CRC RJ-095335/O-0

Balanços patrimoniais 31 de dezembro 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2020	2019	2020	2019
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	90.093	22.383	103.158	29.756
Títulos e valores mobiliários	6	-	6	-	3.431
Caixa restrito	6	224.957	5.668	224.957	5.668
Depósitos bancários vinculados	7	894	1.045	895	1.059
Clientes	8	18.669	26.824	18.587	27.719
Outros valores a receber	21	2.955	7.979	2.322	7.642
Impostos a recuperar	9	6.019	1.935	6.648	2.767
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	9	-	-	260	750
Créditos com terceiros	14	395	168	395	168
Outros		1.862	2.040	1.826	1.854
Total do ativo circulante		345.844	68.048	359.048	80.814
Não circulante					
Depósitos bancários vinculados	7	3.100	3.676	3.100	3.676
Clientes	8	97.730	73.152	97.730	73.152
Créditos a receber	21	533.660	582.696	533.660	582.696
Debêntures	13	659.393	659.393	659.393	659.393
Créditos com terceiros	14	80.031	80.031	80.031	80.031
Depósitos restituíveis	11	55.239	52.491	55.239	52.491
Depósitos judiciais	12	10.070	25.128	10.070	25.128
Impostos a recuperar	9	4.639	4.627	4.639	4.627
Impostos diferidos	10	11.791	40.676	11.816	40.727
Investimentos em controladas	15	102.337	103.403	-	-
Propriedade para investimento	16	447.067	441.029	526.931	520.893
Imobilizado	17	2.917.018	3.023.006	2.929.130	3.034.090
Intangíveis	18	7.326	6.010	7.427	6.107
Diferido	19	23.773	29.843	-	-
Direito de uso	20	7.594	1.931	7.594	1.931
Total do ativo não circulante		4.960.768	5.127.092	4.926.760	5.084.942
Total do ativo		5.306.612	5.195.140	5.285.808	5.165.756

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balanços patrimoniais 31 de dezembro 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	24	23.170	29.079	24.597	29.586
Empréstimos, financiamentos e debêntures	22	213.199	469.648	213.199	469.648
Passivos de arrendamento	20	1.353	962	1.353	962
Salários e encargos a pagar		22.249	18.445	22.379	18.570
Outros passivos financeiros	21	4.378	7.549	4.326	6.419
Adiantamento de clientes		2.395	2.391	2.471	2.391
Imposto de renda e contribuição social a recolher	23	-	-	232	618
Outros Impostos e contribuições a recolher	23	1.974	2.253	2.056	2.266
Outros		-	81	2	81
Total do passivo circulante		268.718	530.408	270.615	530.541
Não circulante					
Fornecedores	24	15.906	12.156	16.131	12.156
Impostos e contribuições a recolher	23	114	8.870	114	8.870
Empréstimos, financiamentos e debêntures	22	4.898.746	4.631.655	4.898.746	4.631.655
Passivos de arrendamento	20	6.628	1.064	6.628	1.064
Obrigações com terceiros	14	22.346	21.498	22.828	21.982
Adiantamento de clientes		17.937	20.276	17.937	20.276
Provisão para perdas em investimentos	15	736	710	-	-
Provisão para contingências	25	6.508	5.656	6.508	5.656
Total do passivo não circulante		4.968.921	4.701.885	4.968.892	4.701.659
Patrimônio líquido	26				
Capital social		2.934.929	2.085.348	2.934.929	2.085.348
Reservas de capital		412.742	611.196	412.742	611.196
Prejuízos acumulados		(3.278.698)	(2.733.697)	(3.301.541)	(2.763.159)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores		68.973	(37.153)	46.130	(66.615)
Participação de acionistas não controladores		-	-	171	171
Total do patrimônio líquido		68.973	(37.153)	46.301	(66.444)
Total do passivo e patrimônio líquido		5.306.612	5.195.140	5.285.808	5.165.756

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Receita líquida de prestação de serviços	27	209.548	214.984	214.126	219.379
Custo dos serviços prestados	28	(169.881)	(154.280)	(169.581)	(154.166)
Lucro bruto		39.667	60.704	44.545	65.213
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	29	(108.943)	(91.349)	(104.669)	(86.479)
Reversão da provisão ao valor recuperável de ativos ("impairment")	1, 16 e 17	-	3.609	-	(32.303)
Reversão da provisão para perda - depósitos restituíveis	11	6.229	43.555	6.229	43.555
Reversão (provisão) para perda sobre recebíveis	6, 7 e 8	(19.677)	157	(19.596)	117
Outras receitas (despesas)		12.210	1.864	10.533	1.135
Resultado antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos		(70.514)	18.540	(62.958)	(8.762)
Receitas financeiras		51.809	63.413	52.070	64.080
Despesas financeiras		(496.589)	(572.134)	(498.300)	(574.145)
Resultado financeiro	30	(444.780)	(508.721)	(446.230)	(510.065)
Resultado de equivalência patrimonial	15	(822)	169	-	-
Resultado antes dos impostos		(516.116)	(490.012)	(509.188)	(518.827)
Imposto de renda e contribuição social corrente	23	-	-	(284)	(667)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	(28.885)	2.338	(28.910)	2.358
Prejuízo líquido do exercício		(545.001)	(487.674)	(538.382)	(517.136)
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		(545.001)	(487.674)	(538.382)	(517.136)
Acionistas não controladores		-	-	-	-
Resultado por ação		(0,17585)	(0,23386)	(0,17360)	(0,24799)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Prejuízo líquido do exercício	(545.001)	(487.674)	(538.382)	(517.136)
Total dos resultados abrangentes do exercício	(545.001)	(487.674)	(538.382)	(517.136)
Resultado atribuível aos:				
Acionistas controladores	(545.001)	(487.674)	(538.382)	(517.136)
Acionistas não controladores	-	-	-	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de Capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Opções de ações outorgadas	Variação percentual na participação de investidas	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido - controladora	Ajuste IFRS (*)	Total Patrimônio líquido	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1º de janeiro de 2019	2.061.053	8.081	-	1.370	107	(2.246.023)	(175.412)	-	(175.412)	171	(175.241)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(487.674)	(487.674)	(29.462)	(517.136)	-	(517.136)
Aumento de capital	24.295	-	-	-	-	-	24.295	-	24.295	-	24.295
Reserva de capital	-	12.058	-	-	-	-	12.058	-	12.058	-	12.058
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	589.580	-	-	-	589.580	-	589.580	-	589.580
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.085.348	20.139	589.580	1.370	107	(2.733.697)	(37.153)	(29.462)	(66.615)	171	(66.444)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	-	(545.001)	(545.001)	6.619	(538.382)	-	(538.382)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	651.129	-	-	-	651.129	-	651.129	-	651.129
Aumento de capital	849.581	-	(849.581)	-	-	-	-	-	-	-	-
Variação percentual na participação de investidas	-	-	-	-	(2)	-	(2)	-	(2)	-	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.934.929	20.139	391.128	1.370	105	(3.278.698)	68.973	(22.843)	46.130	171	46.301

(*) – veja nota explicativa nº 3.a.

As notas explicativas são parte integrante demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes dos impostos	(516.116)	(490.012)	(509.188)	(518.827)
Itens de resultado que não afetam o caixa:				
Depreciação e amortização	129.016	115.210	123.050	109.178
Amortização direito de uso	2.363	965	2.363	965
Reversão da provisão para <i>impairment</i>	-	(3.609)	-	32.303
Baixa de ativo	7.154	10.114	8.399	10.115
Resultado de equivalência patrimonial	822	(169)	-	-
Varição cambial, monetária e juros não pagos/realizados	411.186	479.681	412.735	479.568
Amortização do custo de transação	18.631	17.966	18.631	17.966
Reversão da provisão de perdas sobre depósitos restituíveis	(6.229)	(43.555)	(6.229)	(43.555)
Provisão (reversão) de perdas sobre recebíveis	19.677	(157)	19.596	(117)
Provisão (reversão) para bônus	17.095	13.704	17.167	13.762
Provisão para contingências	852	(1.476)	852	(1.476)
	84.451	98.662	87.376	99.882
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos:				
Cientes	(36.094)	(18.277)	(35.042)	(9.967)
Impostos a recuperar	(29.395)	(11.873)	(29.531)	(12.017)
IR e CSLL a recuperar	-	-	490	578
Depósitos bancários vinculados	727	46	740	52
Depósitos restituíveis	6.838	8.500	6.838	8.500
Outros ativos financeiros	(1.181)	1.324	(885)	1.629
Outros valores a receber	248	305	62	(216)
Fornecedores	(2.158)	8.163	(1.018)	8.435
Impostos e contribuições a recolher	16.530	34.017	16.322	32.605
Salários e encargos a pagar	(13.291)	(11.514)	(13.358)	(11.550)
Outros passivos financeiros	(3.171)	929	(2.093)	617
Adiantamento de clientes	(2.335)	(1.955)	(2.259)	(1.955)
Outros	767	-	768	(1)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	21.936	108.327	28.410	116.592
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de bens do imobilizado	(20.491)	(108.262)	(22.866)	(108.848)
Aquisição de bens intangíveis	(1.526)	(1.641)	(1.533)	(1.641)
Títulos e valores mobiliários	6	6.646	3.431	7.889
Aquisição de propriedades para investimento	(868)	-	(868)	-
Dividendos recebidos	600	2.401	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada	(250)	(450)	-	-
Aumento de capital em controlada	(127)	(1.170)	-	-
Redução de capital em controlada	-	7.400	-	-
Empréstimos recebidos de parte relacionada	102.200	10.001	102.200	10.001
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento	79.544	(85.075)	80.364	(92.599)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital	260.001	24.295	260.001	24.295
Aumento de reserva de capital	-	12.058	-	12.058
Adiantamento para futuro aumento de capital	391.128	80.000	391.128	80.000
Empréstimos liquidados com terceiros	(109.051)	(112.169)	(109.051)	(112.169)
Custos de transação	(55.819)	(4.341)	(55.819)	(4.341)
Juros pagos	(298.218)	(50.317)	(298.218)	(50.317)
Caixa restrito	(219.289)	(5.668)	(219.289)	(5.668)
Passivo de arrendamento	(2.522)	(869)	(4.124)	(869)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(33.770)	(57.011)	(35.372)	(57.011)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	67.710	(33.759)	73.402	(33.018)
Caixa e equivalentes no início do exercício	22.383	56.142	29.756	62.774
Caixa e equivalentes no fim do exercício	90.093	22.383	103.158	29.756
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	67.710	(33.759)	73.402	(33.018)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Porto do Açu Operações S.A. ("Porto do Açu" ou "Companhia"), situada à Rua do Russel, 804, 5º andar, Glória, Rio de Janeiro, foi constituída em 11 de abril de 2007 com o objetivo de desenvolver e operar atividades de logística e infraestrutura integradas principalmente no setor portuário, por meio do Porto do Açu, que está localizado no litoral norte do Estado do Rio de Janeiro, no Município de São João da Barra, a 45 km da cidade de Campos dos Goytacazes. Possui localização estratégica a aproximadamente 150 km de distância da Bacia petrolífera de Campos. Trata-se de um Porto privativo de uso misto desenvolvido no conceito de porto-indústria e está em operação desde outubro de 2014. A Companhia é uma subsidiária controlada por Prumo Logística S.A. ("Prumo").

2 Licenças e autorizações

Licenças ou autorizações vigentes e obtidas até 31 de dezembro de 2020:

Empresas	Descrição	Documento	Data de emissão	Vigência
Porto do Açu (*)	Aprovando a concepção e localização das estruturas de uso comum do Distrito Industrial de São João da Barra (DISJB), que contemplarão: sistema rodoferroviário, rede de microdrenagem, rede de canais de macrodrenagem, implantação do canal Campos-Açu no trecho Quitungute - UCN, rede elétrica, estrutura de captação de água rio Paraíba do Sul e adutora, sistema de reservação, tratamento e distribuição de água, sistema de esgotamento sanitário com coleta, tratamento e disposição final via emissário submarino, sistema de emissário terrestre e submarino, corte e aterro, loteamento e arruamentos, projeto urbanístico e paisagístico. (*)	LP nº IN021311 AVB002637	30/10/2012	30/10/2017
Porto do Açu (*)	Autorização da extração de água bruta em poço tubular, com finalidade de uso industrial (usina de concreto) e outros usos (umectação de vias) na Região hidrográfica RH-IX - Baixo Paraíba do Sul	OUT nº IN022389	04/02/2013	04/02/2018
Porto do Açu	Licença de operação que autoriza o T-Mult dedicado à movimentação de granéis sólidos (carvão/coque e bauxita) e carga geral (blocos de granito, contêineres e cargas de projetos).	LO nº IN034002 AVB003515	15/04/2016	15/04/2023
Porto do Açu (*)	Aprovou a concepção e localização do Terminal Sul. (*)	LP nº IN018985	16/02/2012	16/02/2015
Porto do Açu	Autorização para a extração de água bruta subterrânea em 02 (dois) poços tubulares, com a finalidade de uso industrial (sistema de resfriamento, aspersão de pilhas de carvão e coque, fabricação de lama de perfuração), e outros (limpeza de dependências).	OUT nº IN028801	13/11/2014	13/11/2019
Porto do Açu	Autorização da extração de água bruta em poço tubular, com finalidade de uso industrial e outros usos na Região hidrográfica RH-IX - Baixo Paraíba do Sul e Itabapoana.	OUT nº IN038837	02/03/2017	02/03/2022
Porto do Açu (*)	Licença Prévia e de Instalação aprovou a concepção, localização e implantação de um píer de atracação para unidade flexível de transferência de gás natural liquefeito. A referida licença teve seu prazo prorrogado através da AVB002868. Ocorre que a mencionada AVB veio com erro material e está sendo devidamente corrigida no INEA.	LPI nº IN021739 AVB002714 AVB002868	10/12/2012	10/12/2018
Porto do Açu	Licença de Instalação LI nº IN042068 aprova a implantação de um canal de navegação, composto por um canal de acesso marítimo (offshore) e um canal de atracação (onshore) e implantação das estruturas de cais, guias correntes e píer.	LI nº IN042068 AVB 003786	13/11/2017	13/11/2021
		LPI nº IN030901	29/06/2015	29/06/2018

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Empresas	Descrição	Documento	Data de emissão	Vigência
Porto do Açu (*)	Licença Prévia e de Instalação aprova a concepção, localização e implantação de dois depósitos (2 e 7) de apoio terrestre para disposição do material dragado do canal de acesso da Unidade de Construção Naval do Açu, com supressão de vegetação nativa de 14,11 ha de restinga e o corte de vegetação exótica em uma área de 2,67 ha cobertos por cercas vivas de espécie Euphorbia tirucalli, localizado na Rodovia RJ 240 - Açu, Distrito Industrial, Município São João da Barra.			
Porto do Açu (*)	Autoriza a extração de água subterrânea para finalidade de consumo e higiene humana e irrigação. (*)	OUT nº IN001541	23/03/2010	22/03/2015
Pedreira Sapucaia (*)	Implantação das atividades de britagem e extração mineral de granito, para uso na construção civil, em uma jazida inserida em 2 poligonais que totalizam 73,05 ha, processos DNPM 890.220/11 e 890.187/11, cuja frente de lavra efetiva corresponde a 19,89 ha, georreferenciada através das coordenadas UTM (WGS 84) 24K 242.828 m E e 7.602.575 m N. O beneficiamento do minério será realizado em duas centrais de britagem, com capacidade total de 600 t/h. (*)	LPI nº IN018049 AVB001088	04/11/2011	04/11/2014
Pedreira Sapucaia (*)	Atividade de extração mineral de granito em blocos, para uso na construção civil, em uma frente de lavra de 5,06 ha, inserida em área de 21,8 há. (*)	LO nº IN016484 AVB001187 AVB001426	02/05/2011	02/05/2016
Reserva Ambiental	Certidão atestando a inexigibilidade de licença para consultoria com objeto de elaboração e execução de projeto de recuperação, restauração e recomposição florestal.	CA nº IN022772	26/03/2013	Indeterminado
Porto do Açu	Aprova a área de reserva legal da matrícula 7.096 de SJB.	CA nº IN018822	27/01/2012	Indeterminado
Porto do Açu	Aprova a área de reserva legal da matrícula 4.812 de SJB.	CA nº IN018820	27/01/2012	Indeterminado
Porto do Açu	Autorização ambiental que permite o fundeio de plataformas e embarcações offshore na área do T2 e sua atracação nos molhes norte e sul deste mesmo terminal.	AA nº IN050670	25/11/2019	25/11/2021
Reserva Ambiental	Autoriza a realização de soltura de todos os animais capturados, imediatamente após a coleta de dados, no mesmo local de captura e aproveitamento científico de todos os animais encontrados mortos ou que vierem a óbito durante as atividades de levantamento de fauna, devendo estes ser encaminhados para a instituição de pesquisa depositária.	CA nº AA nº IN003190	05/04/2019	05/04/2021
Porto do Açu	Licença concedida autorizando a localização, instalação e operação de um ponto de abastecimento de máquinas e veículos automotores, possuindo 03 tanques aéreos com capacidade de 30m³ cada.	LAS nº IN046935	29/10/2018	29/10/2023
Águas Industriais	Licença concedida, autorizando a perfuração de poço tubular de aproximadamente 250 metros de profundidade, para extração de água bruta subterrânea em aquífero sedimentar, com a finalidade prevista de uso industrial.	LAS nº IN003607	12/06/2019	12/06/2020
Porto do Açu	Para a implantação do Terminal Sul, planta portuária destinada à movimentação de cargas e produtos para importação e exportação (granéis sólidos e líquidos de diversas naturezas, carga geral e cargas de projeto), com supressão de vegetação nativa de 0,7 ha de eucaliptos encontrados na área de intervenção e realizar captura, transporte e monitoramento de fauna silvestre.	LI nº IN050940 em substituição a LI nº IN023176	13/01/2020	13/01/2024

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

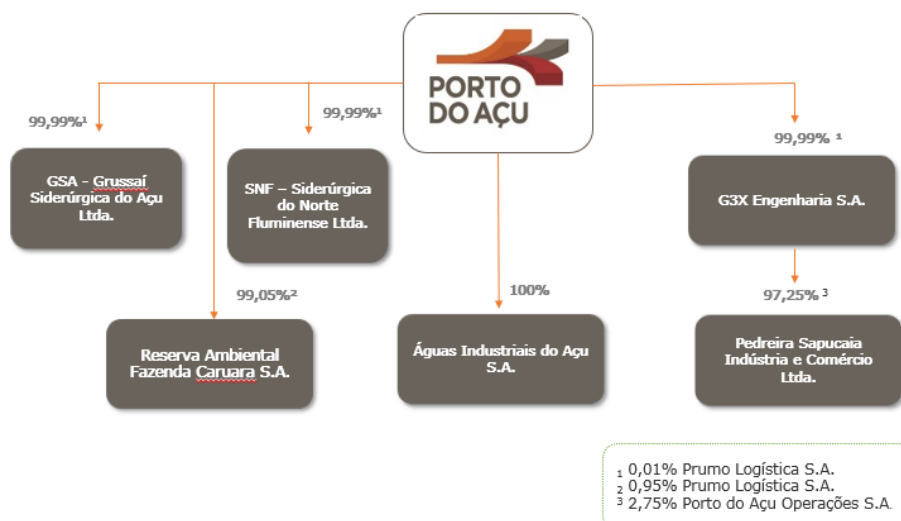
Empresas	Descrição	Documento	Data de emissão	Vigência
Porto do Aço	Licença para implantação da Linha de Transmissão denominada LT-345 kV Subestação (SE) Complexo Subestação (SE) OSX 345 kV, com 7 km de extensão e 50 metros de faixa de servidão.	LI nº IN051690 em substituição a LI nº IN050586	05/10/2020	04/11/2025
Porto do Aço	Licença de instalação que autoriza a implantação do pátio logístico, compostos por pátios de granéis sólidos, para armazenamento de rochas ornamentais, produtos siderúrgicos, contêineres e infraestrutura de apoio, vias de acesso e de distribuição de cargas e sistemas de utilidades.	LI nº IN051258 em substituição a LI nº IN030949	28/04/2020	27/04/2026
Porto do Aço	Aprovando a concepção, localização e implantação de infraestrutura do Terminal Sul (TSUL), que compreende a pavimentação de vias, edificação da portaria principal, implantação da rede de drenagem e de distribuição de água, situado na Fazenda Saco Dantas.	LI nº IN006287 em substituição a LI nº IN028199	30/04/2020	30/04/2026
Porto do Aço	Outorga Preventiva de Uso de Recursos Hídricos de domínio da União, Rio Paraíba do Sul, com captação em São João da Barra.	Outorga ANA 2.504	15/12/2020	17/12/2023
Porto do Aço	Outorga Preventiva de Uso de Recursos Hídricos de domínio da União, Rio Paraíba do Sul, com captação em São João da Barra.	Outorga ANA 2.505	15/12/2020	17/12/2023

(*) Licenças em processo de renovação. Destaca-se que a prorrogação automática do prazo de expiração de licenças ambientais até a manifestação definitiva do órgão ambiental competente mediante requerimento tempestivo está prevista na legislação (Lei Complementar nº 140/2011).

3 Empresas do grupo

Controladas diretas:	País	Participação acionária	
		2020	2019
G3X Engenharia S.A. ("G3X")	Brasil	99,99%	99,99%
Águas Industriais do Aço S.A. ("Águas Industriais", antiga EBN)	Brasil	100,00%	100,00%
GSA - Grussaí Siderúrgica do Aço Ltda. ("GSA")	Brasil	99,99%	99,99%
Reserva Ambiental Fazenda Caruara S.A. ("Reserva Ambiental Caruara")	Brasil	99,05%	99,04%
Siderúrgica do Norte Fluminense Ltda. ("SNF")	Brasil	99,99%	99,99%
Controladas indiretas:			
Pedreira Sapucaia Indústria e Comércio Ltda. ("Pedreira Sapucaia")	Brasil	97,25%	97,27%
Fundo de Investimentos em Cotas Multimercado Crédito Privado LLX 63	Brasil	99,99%	99,99%

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)



Além da Porto do Aço, as controladas Reserva Ambiental Fazenda Caruara S.A. ("Reserva Ambiental Caruara") e Águas Industriais do Aço ("Águas Industriais") já se encontram em operação e a controlada Pedreira Sapucaia Indústria e Comércio Ltda. ("Pedreira Sapucaia") operou em 2012 e 2013 e teve uma parada em sua operação em 2014. As demais empresas controladas pela Companhia ainda se encontram em fase pré-operacional.

4 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP").

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e incluem o ativo diferido da Companhia que terminará em 2024. Portanto, estas demonstrações financeiras individuais em BR GAAP não estão de acordo com o IFRS. A diferença entre o patrimônio líquido individual e o consolidado está relacionada ao referido ativo diferido, que foi reconhecido em prejuízos acumulados no patrimônio líquido consolidado quando da adoção inicial do IFRS e a amortização desse ativo diferido vem sendo reconhecido no resultado do exercício da Companhia desde o início de suas operações em 2014.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas nessas Demonstrações financeiras pelas entidades controladas pela Companhia.

b) Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado ou pelo valor justo através de outros resultados abrangentes; e (ii) perdas pela redução ao valor recuperável (“*impairment*”) de ativos.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e divulgação das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, em 12 de março de 2021. Desta forma, estas demonstrações financeiras consideram eventos subsequentes que pudessem ter efeito sobre as mesmas até a referida data.

c) Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou prejuízo consolidado no exercício de R\$538.282 (R\$517.136 em 31 de dezembro de 2019), capital circulante consolidado positivo de R\$88.433 (e negativo em R\$449.727 em 31 de dezembro de 2019) e patrimônio líquido consolidado de R\$46.301 (negativo em R\$66.444 em 31 de dezembro de 2019).

A estratégia financeira adotada pela Companhia para curto prazo foi a renegociação da dívida de longo prazo com os Bancos Repassadores (Bradesco e Santander) e com os debenturistas (FI-FGTS). O objetivo foi reestruturar o fluxo de serviço da dívida existente, adequando o fluxo de pagamentos à geração de caixa da Companhia. A renegociação foi finalizada em 31 de janeiro de 2020. Consequentemente, os fluxos de pagamento no curto prazo foram alongados impactando significativamente na redução do passivo circulante e diminuição do capital circulante líquido negativo.

Após renegociação da dívida de longo prazo, o acionista majoritário da controladora Prumo Logística aumentou seu compromisso de aporte adicional na Porto do Açu para pagamento de serviço da dívida, aumentando os valores ainda não utilizados do compromisso firmado anteriormente de R\$438 milhões para R\$850 milhões.

Além desses fatores, a Companhia considera em seu plano de negócios de longo prazo, estudos técnicos de viabilidade e fluxo de caixa projetado para os próximos 22 anos, uma vez que a maioria dos contratos existentes e previstos são de longa duração, o que suporta a previsão de resultados futuros e a plena capacidade de recuperação dos prejuízos acumulados.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A Administração entende que o plano de negócios preparado demonstra que a Companhia obterá recursos financeiros suficientes para gerar o fluxo de caixa necessário para honrar seus compromissos operacionais no futuro previsível, contudo é importante destacar que os recursos necessários para liquidação das dívidas de longo prazo da Companhia virão de aportes do acionista Controlador.

Em 11/03/2020, a Organização Mundial de Saúde declarou que o surto de coronavírus se caracteriza como uma pandemia. Os riscos e possíveis impactos do COVID-19 sobre as demonstrações financeiras da Porto do Açu com data base 31/12/2020 são a soma desses riscos, decisões significativas de governos e entidades do setor privado.

Adicionalmente, com base nos contratos existentes, informações disponíveis e dados concretos, a Administração reavaliou suas projeções de investimentos, custos, despesas, caixa operacional, recebíveis, recuperabilidade de ativos, impostos e concluiu que, neste momento, não há nenhuma alteração significativa a ser considerada.

Portanto, as demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional.

d) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

e) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

— Nota explicativa 27: Reconhecimento de receita: se a receita de prestação de serviço portuário é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos para o próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

— Nota explicativa 8 e 33 – mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;

— Nota explicativa 10: Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

— Nota explicativa 18: Teste de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento;

— Nota explicativa 25: Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3 com reporte diretamente ao Diretor Financeiro.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Questões significativas de avaliação são reportadas para o Conselho de Administração da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação conforme descrito na Nota explicativa 33 – Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 16: Propriedade para investimento;
- Nota explicativa 33: Instrumentos financeiros e gerenciamentos de riscos; e

5 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhe abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e pelas entidades do Grupo.

a) Consolidação

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as demonstrações financeiras de controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as controladas, descritas na Nota explicativa 3 - Empresas do Grupo.

Saldos e transações entre companhias do grupo e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transação entre companhias do grupo, são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

b) Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais, para o real pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Os ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira, são convertidos para o real utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas dos respectivos balanços patrimoniais e os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio ao final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ativos e passivos não monetários são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira e são convertidos pela taxa de câmbio na data de transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

c) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

(i) Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários

Os equivalentes de caixa são mantidos pela Companhia com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Por conseguinte, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. Aplicações financeiras com vencimento acima de três meses encontram-se classificados como títulos e valores mobiliários.

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia detinha Caixa e equivalente de caixa no montante de R\$90.091 (R\$22.383 em 31 de dezembro 2019). O Caixa e equivalente de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA e AAA conforme metodologia S&P Global Rating.

A provisão de perda estimada foi calculada com base na taxa de perda esperada de 12 meses e reflete os prazos de vencimento das exposições de risco. Os efeitos para 31 de dezembro de 2020 estão demonstrados nas Notas explicativas nº 6 e 7 - Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e depósitos bancários vinculados. O caixa e equivalente de caixa detêm de um risco baixo de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(ii) Contas a Receber

Para o Contas a receber, a Companhia adotou uma abordagem simplificada e realizou o cálculo da perda esperada, tomando como base a expectativa de risco de inadimplência que ocorre ao longo da vida do instrumento financeiro. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisão que é baseada em seu histórico de perdas de crédito, ajustada a fatores prospectivos específicos do ambiente econômico no qual atua e por qualquer garantia financeira relacionada ao recebível.

d) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros - Reconhecimento e mensuração inicial

Os recebíveis de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do exercício de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, A Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

e) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Porto do Açu e suas controladas concluíram que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

f) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

g) Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, da data em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização nos propósitos da Administração.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos anualmente, e em função disso, eventuais ajustes podem ser reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Ativo	Vida útil (Anos)
Edificações	25 a 40
Pier de apoio T2	60
Canal T2	15
Defensas T2	10
Pier T-Mult	60
Defensas Pier T-Mult	10
Quebra-Mar T2	60
Vias de acesso	10 a 20
Pier molhe sul T2	60
Benfeitorias	25
Instalações	5 a 20
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5
Máquinas e equipamentos	10
Veículos	5 a 20
Terrenos	0

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A Companhia classifica como obras em andamento todas as obras civis ocorridas durante a fase de construção e instalação até o momento em que entram em operação, quando são reclassificadas para as contas correspondentes de bens em operação.

h) Ativos intangíveis

Ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, se houver. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Ativo Intangível	Vida útil (Anos)
Licenças de Uso de Software	5

i) Propriedade para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A Administração da Companhia optou por classificar a propriedade para investimento pelo custo desde o seu reconhecimento inicial.

O custo inclui despesa que é diretamente atribuível à aquisição de uma propriedade para investimento. Pode ser composto de juros capitalizados decorrentes dos empréstimos, gastos com material e mão de obra direta ou qualquer outro gasto diretamente atribuível a essa propriedade, desde que seja necessário para colocá-la em condição de uso conforme o seu propósito.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do exercício. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida é vendida, os respectivos montantes reconhecidos em ajuste de avaliação patrimonial são transferidos para lucros (prejuízos) acumulados.

Quando a utilização da propriedade mudar de tal forma que ela seja reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação será seu custo para a contabilização subsequente.

Conforme CPC 28 - Propriedade para investimento, a Companhia divulga o valor justo dos terrenos destinados ao arrendamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

j) Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros com vida útil definida são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado anualmente. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado anualmente.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa (“UGC”) exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao calcular o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita as condições de mercados vigentes quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Perdas reconhecidas referentes a UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a outros ativos (exceto ágio) é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Ativos financeiros não-derivativos

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e
- Ativos de contrato.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

k) Arrendamentos

A Companhia e suas controladas aplicaram o CPC 06(R2) / IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, as informações comparativas não foram reapresentadas e continuam a ser apresentadas conforme o CPC 06(R1) / IAS 17 e ICPC 03 / IFRIC4.

Os principais ativos de arrendamento classificados pela Companhia são demonstrados no quadro abaixo:

Classe ativo	Ativo objeto	Taxa de desconto aplicada % a.a.
Terreno	Terreno	10,12
Imóvel	Sala comercial	10,60
Imóvel	Prédio	7,73
Máquinas e equipamentos	Gerador	10,07
Máquinas e equipamentos	Escavadeira	6,95
Máquinas e equipamentos	Trator	6,95
Máquinas e equipamentos	Plataforma elevatória	6,95

- **Isenção no reconhecimento**

- Arrendamentos de curto prazo – Para contratos com um prazo de 12 meses ou menos, sendo os pagamentos de arrendamento associados a esses contratos reconhecidos como despesa do exercício ao longo do prazo do contrato.
- Arrendamentos de baixo valor – A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor, os valores de pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos são reconhecidos como despesa de forma linear pelo prazo de arrendamento.

Na demonstração dos fluxos de caixa, os pagamentos de arrendamentos que antes eram apresentados como fluxos de caixa das atividades operacionais após a norma estão apresentados como fluxos de caixa de financiamento, representando os pagamentos de principal e juros dos passivos de arrendamento. Contudo, essa alteração não gerará impactos na posição líquida do Fluxo de Caixa da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

l) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As taxas pagas no estabelecimento dos empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidas como custos da transação dos mesmos.

m) Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

n) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, trabalhistas e tributárias. A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazos de prescrição aplicáveis, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração da Companhia revisa suas estimativas e premissas em bases anuais.

o) Receita operacional

De acordo com o CPC 47/IFRS 15, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar momento da transferência de controle em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo requer julgamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As principais receitas da Companhia e suas controladas são provenientes de:

(i) Receitas de cessão onerosa do direito real de superfície ou equiparáveis a atividade de arrendamento

A receita de cessão onerosa do direito real de superfície ou acordo equiparável referente às propriedades para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear pelo prazo contratual. Eventuais incentivos concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de cessão do direito real de superfície pelo período contratado.

(ii) Serviços portuários

Prestação de serviços portuários, direito de acesso e operações logísticas são reconhecidos no resultado.

Essas operações portuárias representam obrigações de desempenho para o fornecimento de serviços de infraestrutura portuária para os clientes, ou seja, substancialmente serviços com o mesmo padrão de transferência para o cliente e que permite serem contabilizados como uma única obrigação de desempenho. A receita é reconhecida ao longo do tempo usando o método da porcentagem de conclusão.

A receita é mensurada com base no preço do serviço especificado nas tarifas avaliadas considerando as características do serviço ou no contrato específico do cliente. O preço do contrato pelos serviços prestados reflete o valor transferido para o cliente.

p) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os recursos investidos. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro, ajustado pelas adições e exclusões, conforme determinado pela legislação fiscal vigente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos, passivos e o seu respectivo valor contábil, e sobre os prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionem a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Os ativos de imposto de renda e contribuição diferidos são revisados trimestralmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

r) Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas possíveis do risco envolvido.

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito for considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

s) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*).

O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia. Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros, conforme Nota explicativa 30.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como "ativo" se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua. Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação.

Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

t) Mudanças em políticas contábeis significativas

(i) Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas

- Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37).

As alterações especificam quais custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados

- Reforma da taxa de juros de referência – Fase 2 (alterações ao CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS16)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças no fluxo de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16 relacionados a:

- Mudança na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e
- Contabilidade de hedge.

(iii) Outras normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

6 Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e caixa restrito

a. Caixa e equivalente de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Caixa	1.353	1.999	3.160	3.398
Operações compromissadas	88.741	20.385	100.000	26.326
CDBs	-	-	-	34
Equivalentes de caixa	88.741	20.385	100.000	26.360
Provisão de perdas estimadas	(1)	(1)	(2)	(2)
Caixa e Equivalentes de caixa	90.093	22.383	103.158	29.756

Os equivalentes de caixa são recursos aplicados em certificado depósito bancário (CDB's) e em operações lastreadas em títulos públicos (compromissadas), cujos prazos de vencimentos são de até três meses contados a partir da data de aquisição e com liquidez diária.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

b. Títulos e valores mobiliários

	Consolidado	
	2020	2019
Títulos públicos	-	3.431
	-	3.431

Os títulos públicos emitidos pelo Tesouro Nacional foram adquiridos por meio do Fundo Exclusivo no Bradesco. Estes investimentos financeiros possuem prazos de vencimento superiores a três meses e são apresentados no ativo circulante em função da expectativa de realização no curto prazo.

Conforme determinação da Instrução CVM 408/05, as informações consolidadas incluem os saldos e as transações do fundo de investimento exclusivo, cujos quotistas são a Companhia e suas controladas.

c. Caixa restrito

	Consolidado	
	2020	2019
Caixa restrito	224.957	5.668
	224.957	5.668

O caixa restrito consiste em montantes depositados em conta bancária no percentual de 15% (55% em 31 de dezembro de 2019) sobre os recursos recebidos pela Porto do Açu, conforme estabelecido no anexo I do contrato de financiamento, com exceção do valor de R\$184.880 que se refere a adiantamento para futuro aumento de capital da controladora Prumo, oriundo de evento de liquidez da Açu Petróleo Investimento, previsto no contrato de financiamento firmado junto aos credores da Porto do Açu. Esses recursos serão utilizados como “Garantia” ao referido empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”).

7 Depósitos bancários vinculados

	Consolidado	
	2020	2019
Porto do Açu (*)	4.025	4.721
GSA	1	14
Provisão de perdas estimadas	(31)	-
	3.995	4.735
Circulante	895	1.059
Não circulante	3.100	3.676

(*) Depósito de recursos no Banco Santander realizados pela Porto do Açu que consistem em obrigação de compensação ambiental fixada no âmbito da licença de instalação n. IN050940, e somente poderão ser utilizados para investimentos em ações e projetos socioambientais previamente aprovados pela Secretaria de Estado do Ambiente e do Instituto Estadual do Ambiente, conforme previsto no Termo de Compromisso n. 03/2014.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

8 Clientes

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Cessão do direito real de superfície (Partes relacionadas - Nota 21) (a)	33.244	23.149	32.261	23.037
Serviços portuários (Partes relacionadas - Nota 21)	724	120	724	120
Cessão do direito real de superfície (b)	91.398	71.686	91.398	71.686
Serviços portuários	11.345	5.579	11.346	5.579
Outros	41	149	952	1.247
	136.752	100.683	136.681	101.669
Provisão de perdas estimadas	(20.353)	(707)	(20.364)	(798)
	116.399	99.976	116.317	100.871
Circulante	18.669	26.824	18.587	27.719
Não circulante	97.730	73.152	97.730	73.152

O saldo a receber refere-se a:

- (a) Refere-se principalmente ao reconhecimento receita do contrato de aluguel (cessão do direito real de superfície), sobre a área de 336.500,86 m², com a Empresa UTE GNA I onde estão sendo instaladas as usinas termoeletricas. A receita é reconhecida pelo método linear compreendendo o prazo total do contrato de arrendamento, conforme determina o CPC 06. O reconhecimento da receita linear deste referido contrato foi mensurado no valor total de R\$30.190 até 31 de dezembro de 2020 e o fluxo de pagamento para este contrato é de longo prazo.
- (b) Cessão do direito real de superfície de terrenos do Porto do Açu relativo aos principais clientes: Technip, NOV, Intermoor, Edison Chouest, Oceanpact, Acciona, NFX e outros. Do saldo demonstrado de R\$ 91.398, está representado substancialmente pelo reconhecimento da receita linear dos contratos, onde o fluxo de pagamento é de longo prazo dado pelo período de carência

O contrato de financiamento com BNDES prevê a retenção em garantia de 15% dos recebíveis na controladora conforme cláusula contratual e demonstrado na Nota explicativa nº 06 item c – Caixa restrito.

O quadro abaixo demonstra a movimentação e o cálculo da perda esperada por vencimento:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(707)	(798)
(Adições) e reversões	(19.646)	(19.566)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(20.353)	(20.364)

Aging do contas a receber:

	Controladora				Consolidado			
	2020		2019		2020		2019	
	Contas a Receber	Perda Estimada	Contas a Receber	Perda Estimada	Contas a Receber	Perda Estimada	Contas a Receber	Perda Estimada
A Vencer	113.966	(907)	99.477	(446)	113.895	(918)	100.463	(538)
Vencidos:								
Até 1 mês	1.077	(35)	773	(6)	1.077	(35)	773	(6)
Até 3 meses	333	(249)	18	(1)	333	(249)	18	(1)
De 3 a 6 meses	4.210	(1.996)	201	(44)	4.210	(1.996)	201	(44)
De 6 a 12 meses	12.152	(12.152)	9	(5)	12.152	(12.152)	9	(5)
Acima de 12 meses	5.014	(5.014)	205	(205)	5.014	(5.014)	205	(204)
Total	136.752	(20.353)	100.683	(707)	136.681	(20.364)	101.669	(798)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A Companhia possui como critério para avaliação de crédito e cálculo da perda esperada de recebíveis a análise dos seguintes itens:

- Demonstrações financeiras;
- Rating do Serasa.

A maior parte dos recebíveis que a Companhia possui em 31 de dezembro de 2020 é decorrente de sua atividade de cessão do direito real de superfície. A Companhia efetuou avaliação sobre os riscos de crédito e perda esperada dos recebíveis e não identificou perdas adicionais além dos montantes já contabilizados nessas demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Companhia continua avaliando os futuros impactos em seus recebíveis em decorrência da situação financeira e econômica do país e de seus clientes.

9 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Imposto sobre serviços ("ISS")	684	575	684	575
Imposto sobre circulação mercadorias ("ICMS")	1.782	1.870	1.782	1.870
Imposto de renda retido na fonte ("IRRF")	3.444	940	4.061	1.679
Programa de integração social ("PIS")	1.401	1.035	1.401	1.052
Contribuição para o financiamento da seguridade social ("COFINS")	3.245	2.068	3.245	2.144
Imposto de renda e contribuição social ("IRPJ/CSLL")	-	-	260	750
Outros	102	74	114	74
	10.658	6.562	11.547	8.144
Circulante	6.019	1.935	6.908	3.517
Não circulante	4.639	4.627	4.639	4.627

10 Impostos diferidos

A Companhia e suas controladas registram o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos à alíquota de 34% a.a. A legislação fiscal brasileira permite que prejuízos fiscais sejam compensados com lucros tributáveis futuros por prazo indefinido; no entanto, esta compensação é limitada a 30% do lucro tributável de cada exercício de apuração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado e atualizado periodicamente, enquanto as projeções são atualizadas anualmente, a não ser que ocorram fatos relevantes que possam modificá-las.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Imposto diferido ativo				
Prejuízos fiscais	722.359	598.086	722.919	598.490
Base negativa de contribuição social	260.049	215.311	260.251	215.456
Ajuste Lei nº 11.638/07 - RTT (a)	29.155	38.875	29.180	38.906
Provisão para PPR	3.802	3.116	3.823	3.135
Provisão para perdas estimadas	6.931	241	6.935	272
Provisão para perda dos recebíveis com OSX	15.492	15.492	15.492	15.492
Provisão contingências trabalhista	240	389	240	389
Provisão contingências cíveis	675	1.367	675	1.367
Provisão outras taxas	2.666	2.666	2.666	2.666
Provisão para perda em investimentos	7.854	7.854	14.970	14.970
Provisão para perda de ativos	30.833	30.833	30.833	30.833
Outros	4	4	4	4
Total de créditos fiscais diferidos ativos	1.080.060	914.234	1.087.988	921.980
Provisão para realização				
IR diferido não reconhecido - <i>Valuation allowance</i> (b)	(1.037.648)	(837.013)	(1.045.551)	(844.708)
Total de impostos diferidos ativos	42.412	77.221	42.437	77.272
Diferença temporária - juros capitalizados	(30.621)	(36.545)	(30.621)	(36.545)
Total de impostos diferidos	11.791	40.676	11.816	40.727

- (a) Refere-se à constituição do imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre diferença de tratamento contábil-fiscal sobre o ativo diferido originado a partir de 1º de janeiro de 2009. Enquanto para fins contábeis as despesas consideradas pré-operacionais são reconhecidas no resultado, para fins fiscais são tratadas como se ativo diferido fossem.
- (b) Trata-se de IR diferido não reconhecido decorrente de prejuízo fiscal e base negativa, além da controladora, proveniente das controladas G3X, GSA e SNF em função da ausência de expectativa concreta de resultados tributáveis futuros.

Adicionalmente, a partir de 1º de janeiro de 2017, a controladora Porto do Açu passou a constituir provisão para não realização do crédito fiscal diferido. Até 31 de dezembro de 2019, a controladora constituiu uma provisão no valor de R\$837.013, referente aos créditos não reconhecidos até o período em questão. Para o período findo de 31 de dezembro de 2020, foi constituído, adicionalmente, uma provisão de não realização dos créditos fiscais diferidos, no montante de R\$200.635. Esta provisão será revertida na medida em que a sua realização for provável, mediante estudo técnico de viabilidade que permitam a realização do ativo fiscal.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

11 Depósitos restituíveis

	2019	(Recebimentos)	Reversão da Provisão p/ perda (*)	Atualização monetária	2020
Porto do Açu	52.491	(6.838)	6.229	3.357	55.239
	52.491	(6.838)	6.229	3.357	55.239

(*) Reversão de provisão de perda diante do êxito de nova estratégia jurídica.

Durante o ano de 2020, a Porto do Açu recuperou o montante de R\$6.838 que estava depositado em juízo, devido a autorizações judiciais obtidas em processos envolvendo os mencionados terrenos adquiridos pela Companhia. O levantamento pela Companhia dos valores das ações de desapropriação de áreas por ela adquiridas é autorizado pelo Poder Judiciário, em regra, quando da regularização do título de propriedade e da comprovação da quitação de dívidas fiscais com relação a cada imóvel, na forma da lei. Todavia, a Companhia tem logrado êxito em obter as autorizações judiciais para recebimento desses valores através de uma estratégia jurídica que argumenta a inexistência de outros interessados e que aos poucos tem resultado na melhora significativa do prognóstico de recuperabilidade de alguns depósitos, que por sua vez justifica a reversão de provisão de perda durante o ano de 2020, no montante de R\$6.229.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, estima expectativa remota de recebimento de valores no montante de R\$17.125 (R\$23.354 em 31 de dezembro de 2019), que continuam com provisão de perda reconhecidos em exercícios anteriores.

12 Depósitos judiciais

O quadro abaixo demonstra a posição dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Fazenda Palacete (a)	-	14.814
Secretaria Patrimônio da União (b)	9.877	9.714
Outros (c)	193	600
	10.070	25.128

- (a) Em 2020 a Companhia realizou a reclassificação do depósito judicial referente a compra da Fazenda Palacete para o grupo de ativos - terreno – tomando como premissa a utilização do valor, anteriormente depositado, para satisfazer o crédito dos credores habilitados resultando assim na celebração da Promessa de Compra e Venda e Instrumento particular de Transferência de Posse dando por finalizada a relação jurídica de compra do bem “terreno”.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (b) Depósito referente ação judicial em face da União Federal com o objetivo de discutir o correto valor da remuneração pelo uso do espaço físico em águas públicas, nos termos do “Contrato de Cessão de Espaço Físico em Águas Públicas,” celebrado em 6 de outubro de 2010 (“Contrato”). Em 31 de dezembro de 2020, o valor corrigido dos depósitos judiciais totaliza R\$9.877 (R\$9.714 em 31 de dezembro de 2019).
- (c) R\$ 193 referente a outras diversos depósitos do âmbito trabalhista.

13 Debêntures

a. Debêntures OSX

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Debêntures	659.393	659.393
DIP	10.961	10.961
Total	670.354	670.354
(-) Redução do valor recuperável de ativos (“impairment”)	(10.961)	(10.961)
Total	659.393	659.393

Nos termos do plano de recuperação judicial da OSX Construção Naval S.A. (“OSX”), aprovado pela Assembleia Geral de credores em 17 de dezembro de 2014 e homologado pelo juiz da recuperação em 08 de janeiro de 2015, a Porto do Açu subscreveu e integralizou, com seus créditos em face da OSX, em 29 de janeiro de 2016, debêntures emitidas pela OSX no valor total de R\$723.716 nas seguintes condições:

- Data de vencimento: 20 anos
- Pagamento do Principal e juros: em uma única parcela, na data do vencimento
- Cálculo dos juros remuneratórios a.a: 100% do CDI

Adicionalmente, nos termos do referido plano de recuperação judicial, a Porto do Açu concedeu para a OSX o valor de R\$10.961 na forma de empréstimo (“DIP”), em 29 de janeiro de 2016. Este valor também foi utilizado para subscrição e integralização de debêntures emitidas pela OSX.

O montante total de debêntures conforme o plano de recuperação judicial é de R\$734.677, sendo composto por: (i) R\$646.886 relativos aos custos relacionados à construção do canal do terminal T2; (ii) R\$10.961 relativos ao empréstimo DIP; (iii) R\$12.507 relativos à linha de transmissão; (iv) R\$34.580 referentes à cessão do direito real de superfície, cujo saldo até julho de 2014 foi provisionado para perda; e (v) R\$29.743, devidos a partir de agosto de 2014, não contabilizados por não atender os critérios de reconhecimento de receita, no que tange à improbabilidade de benefícios econômicos associados a essa transação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Caso, eventualmente, a OSX não honre o acordo, o montante de R\$646.886 de custos de construção do canal será agregado ao custo de construção do Terminal T2 e os R\$12.507 da linha de transmissão serão agregados a propriedades para investimento e deverão ser futuramente recuperados por meio das respectivas operações. Conforme divulgado na Nota explicativa nº 17 - Imobilizado, estes valores foram incorporados ao teste de recuperabilidade da UGC *Industrial Hub/T-Mult*.

Ainda em face das incertezas no recebimento do valor total do crédito e de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes, a Administração entende que não é adequado o reconhecimento contábil dos juros remuneratórios das debêntures, no montante aproximado de R\$396.521 até 31 de dezembro de 2020 (R\$371.079 em 31 de dezembro de 2019), bem como constituiu provisão para perda ao valor recuperável no montante de R\$10.961 relativos ao empréstimo DIP.

Em 24 de novembro de 2020, foi proferida sentença que decretou o encerramento da recuperação judicial da OSX, tendo sido declarado que “o plano de recuperação judicial foi cumprido quanto às obrigações vencidas no prazo de 2 (dois) anos, após a sua concessão, nos termos do art. 61 da Lei nº 11.101/05” e que “os credores (...) continuarão com direito reconhecido ao crédito e, caso não exista pagamento voluntário, poderão cobrá-lo individualmente e, inclusive, se utilizar do pedido falencial”. Tal decisão judicial não é definitiva, por ser ainda passível de recurso.

Por mais que tenha havido a declaração de cumprimento das obrigações vencidas no prazo de 2 anos após a concessão da recuperação judicial, a OSX possui obrigações de médio e longo prazo cuja inadimplência poderá impactar a classificação contábil do crédito detido pela Porto do Açu em face da OSX nas demonstrações financeiras da Companhia. Contudo, com base nos fundamentos expostos pela sentença – amparados pelas conclusões do administrador judicial - a Companhia concluiu que, neste momento, não existe modificação relevante quanto ao crédito detido contra a OSX a ser reportado nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

14 Créditos e obrigações com terceiros

a. Créditos com terceiros

Controladora e Consolidado		
	2020	2019
Créditos com OSX	83.218	83.218
(-) Provisão para perda estimada	(3.203)	(3.203)
Créditos com OSX (*)	80.015	80.015
Outros	411	184
	80.426	80.199
Circulante	395	168
Não circulante	80.031	80.031

(*) Este montante é composto por: (i) R\$64.668 referente a custos relacionados à construção do canal do terminal T2; (ii) R\$10.000 adiantamento de aluguel da área utilizada pela Dome pago à OSX; (iii) R\$8.550 retenção contratual de fornecedores faturados contra OSX e liquidados pela Porto do Açu; e (iv) R\$(3.203) de provisão para perdas referente a despesas de compartilhamento de custos de sustentabilidade.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Após o acordo judicial mencionado na nota anterior, a Porto do Açu ainda pagou diretamente aos fornecedores os custos relacionados à construção do canal do T2. Dessa forma, no caso de a OSX não honrar essa dívida apenas o valor de R\$64.668 será agregado ao custo de construção do T2 e deverá ser futuramente recuperado por meio das respectivas operações portuárias. Conforme divulgado na Nota explicativa 17 - Imobilizado, os créditos com a OSX foram incorporados ao teste de recuperabilidade da UGC Industrial Hub/T-Mult.

b. Obrigações com terceiros

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia tem obrigações com a OSX no montante de R\$19.880, provisão de R\$2.466 referente a taxa de ocupação devida à Secretaria de Patrimônio da União – SPU, sendo R\$906 referente a taxa de 2018, R\$897 referente a taxa de 2019 e R\$663 referente a taxa de 2020.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15 Investimentos

a) Participações societárias

2020											
Controladas diretas	%	Quantidade ações/ quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	Adiantamento para futuro aumento do capital - AFAC	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Ganho/perda na variação percentual	Prejuízo acumulado
GSA	99,99%	32.823	32.145	-	32.145	32.823	250	95	-	-	(1.023)
Reserva Ambiental Caruara	99,05%	17.302	18.222	524	17.698	17.302	-	246	150	-	-
G3X	99,99%	38.718	99	-	99	38.718	-	-	-	127	(38.746)
Águas Industriais	100,00%	9.641	31.328	21.458	9.870	9.641	-	274	-	-	(45)
SNF	100,00%	44.297	43.018	225	42.793	44.297	86	-	-	-	(1.590)

2019											
Controladas diretas	%	Quantidade ações/ quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Capital social	Adiantamento para futuro aumento do capital - AFAC	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Ganho/perda na variação percentual	Prejuízo acumulado
GSA	99,99%	32.823	32.532	14	32.518	32.823	-	95	-	-	(400)
Reserva Ambiental Caruara	99,05%	17.302	17.842	247	17.595	17.302	-	233	60	-	-
G3X	99,99%	38.648	136	10	126	38.648	30	-	-	123	(38.675)
Águas Industriais	100,00%	9.436	24.361	13.905	10.456	9.436	205	275	540	-	-
SNF	100,00%	44.081	43.234	235	42.999	44.081	215	-	-	-	(1.297)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

a) Participações societárias--Continuação

Movimentações - Controladora

Controladas diretas	2019	Aumento de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Ganho/perda na variação percentual	Dividendos	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas em investimentos	2020
GSA	32.515	-	250	-	-	(623)	-	32.142
Reserva Ambiental Caruara	17.428	-	-	-	(109)	210	-	17.529
G3X	-	40	-	4	-	(68)	24	-
Águas Industriais	10.456	-	-	-	(540)	(46)	-	9.870
SNF	42.998	87	-	-	-	(293)	-	42.792
Outros	6	-	-	-	-	(2)-	)	4
	103.403	127	250	4	(649)	(822)	24	102.337

Controladas diretas	2018	Aumento (Redução) de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Ganho/perda na variação percentual	Dividendos	Equivalência patrimonial	Provisão para perdas em investimentos	2019
GSA	40.062	(7.400)	-	-	-	(147)	-	32.515
Reserva Ambiental Caruara	17.626	-	-	-	(282)	84	-	17.428
G3X	(693)	10	30	29	-	(86)	710	-
Águas Industriais	10.608	1.004	205	-	(2.119)	758	-	10.456
SNF	43.097	126	215	-	-	(440)	-	42.998
Outros	5	30	-	(29)	-	-	-	6
	110.705	(6.230)	450	-	(2.401)	169	710	103.403

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

16 Propriedades para investimento

	2019	Adição	Consolidado Transferência	2020
Porto do Açu (a)	441.029	868	5.170	447.067
GSA	31.695	-		31.695
Reserva Ambiental				
Caruara	5.244	-		5.244
SNF	42.925	-		42.925
	520.893	868	5.170	526.931

(a) A movimentação refere-se principalmente a regularização de pleitos com os fornecedores Elecnor e Prática na construção da linha de transmissão.

	2018	Adição	Consolidado Impairment (*)	Baixa	2019
Porto do Açu	475.086	491	(34.324)	(224)	441.029
GSA	31.695	-	-	-	31.695
Reserva Ambiental					
Caruara	5.244	-	-	-	5.244
SNF	42.925	-	-	-	42.925
	554.950	491	(34.324)	(224)	520.893

(*) R\$34.324 refere-se à provisão para perda de recuperabilidade de ativos identificada em análise individual no nível do ativo por falta de expectativa de uso.

Propriedades para investimento incluem terrenos cuja posse é transferida onerosamente para terceiros. O instrumento jurídico usualmente utilizado nessa transferência é o contrato de cessão de uso, posse e futura concessão onerosa do direito real de superfície. Estes contratos contemplam períodos de 5 a 40 anos, renováveis ou não, sendo que todos possuem o valor anual indexado pela inflação.

Os gastos incorridos na Porto do Açu, na GSA e na SNF são aqueles destinados ao desenvolvimento e disponibilização das propriedades a empreendedores com o objetivo de se instalarem nas áreas disponíveis do Complexo Industrial do Porto do Açu. As adições demonstradas no quadro referem-se, principalmente, a benfeitorias nestes terrenos destinados a cessão de uso, e outros gastos relacionados ao processo de desapropriação e aquisição das terras. A Reserva Ambiental Caruara desenvolve projetos de recomposição florestal para outras empresas que precisam compensar toda vegetação suprimida pelo processo de implantação, cumprindo assim condicionantes de licenças socioambientais.

As propriedades para investimento são registradas pelo método do custo, porém em atendimento à norma contábil CPC 28 - *Propriedades para investimento*, a entidade deve determinar o valor justo para fins de divulgação. Este cálculo é efetuado através da metodologia de fluxo de caixa descontado, devido à singularidade do negócio e consequente dificuldade de comparação com dados de mercado. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia calculou o valor justo dos terrenos arrendados em R\$1.522.916 equivalente a 2.748 mil m² da área total (R\$1.372.244 em 31 de dezembro de 2019). Para os não arrendados equivalente a 505 mil m² da área total a Companhia calculou o valor justo em R\$2.632.182 (R\$4.142.700 em 31 de dezembro de 2019).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

17 Imobilizado

A composição do imobilizado por empresa em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Porto do Açu	2.917.018	3.023.006	2.916.183	3.022.170
Reserva Ambiental Caruara	-	-	9.407	9.240
Pedreira Sapucaia	-	-	462	462
Águas Industriais	-	-	3.078	2.218
	2.917.018	3.023.006	2.929.130	3.034.090

	Controladora						
	Instalações portuárias	Terrenos	Edificações, benfeitorias e instalações	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Adiantamentos	TOTAL
Taxa estimada de depreciação (a.a)	3,06%	-	5,20%	10,81%			3,70%
Saldo em 2019	2.636.487	68.973	211.232	43.934	56.122	5.189	3.023.006
Adição	-	-	2.646	10.982	6.446	405	20.491
Transferência	38.330	8.580	476		(38.806)	(5.170)	3.410
Baixa	-	-	-	(142)	(6.993)	(19)	(7.154)
Depreciação	(102.220)	-	(12.510)	(7.797)	-	-	(122.735)
Saldo em 2020	2.572.597	77.553	201.844	46.977	16.769	405	2.917.018
Custo	3.077.570	77.553	266.042	85.019	16.769	405	3.526.255
Depreciação acumulada	(504.973)	-	(64.198)	(38.042)	-	-	(609.237)
Saldo em 2020	2.572.597	77.553	201.844	46.977	16.769	405	2.917.018

	Controladora						
	Instalações portuárias	Terrenos	Edificações, benfeitorias e instalações	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Adiantamentos	TOTAL
Taxa estimada de depreciação (a.a)	3,06%	-	5,20%	10,81%			3,70%
Saldo em 2018	2.573.498	68.972	172.265	106.119	103.951	6.352	3.032.334
Adição	2	1	70	2.094	105.279	22	107.570
Transferência	102.518	-	50.509	127	(153.108)	(46)	-
Baixa	(8.664)	-	-	(22)	-	(1.139)	(9.825)
Reversão (provisão) impairment	58.383	-	-	(56.363)	-	-	2.020
Depreciação	(89.250)	-	(11.612)	(8.021)	-	-	(109.093)
Saldo em 2019	2.636.487	68.973	211.232	43.934	56.122	5.189	3.023.006
Custo	3.039.240	68.973	262.920	74.194	56.122	5.189	3.509.523
Depreciação acumulada	(402.753)	-	(51.688)	(30.260)	-	-	(468.517)
Saldo em 2019	2.636.487	68.973	211.232	43.934	56.122	5.189	3.023.006

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Consolidado							
	Instalações portuárias	Terrenos	Edificações, benfeitorias e instalações	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Adiantamentos	Outros	Total
Taxa estimada de depreciação (a.a)	3,06%	-	5,20%	10,81%	-	-	3,70%	
Saldo em 2019	2.635.651	78.658	211.231	45.965	56.307	5.189	1.089	3.034.090
Adição	-	-	2.647	11.006	8.784	405	24	22.866
Transferência (*)	38.330	8.580	476	47	(38.853)	(5.170)	-	3.410
Baixa	-	-	-	(1.387)	(6.993)	(19)	-	(8.399)
Depreciação	(102.220)	-	(12.511)	(7.897)	-	-	(209)	(122.837)
Saldo em 2020	2.571.761	87.238	201.843	47.734	19.245	405	904	2.929.130
Custo	3.076.734	87.238	266.041	85.922	19.245	405	2.933	3.538.518
Depreciação acumulada	(504.973)	-	(64.198)	(38.188)	-	-	(2.029)	(609.388)
Saldo em 2020	2.571.761	87.238	201.843	47.734	19.245	405	904	2.929.130

	Consolidado							
	Instalações portuárias	Terrenos	Edificações, benfeitorias e instalações	Máquinas e equipamentos	Obras em andamento	Adiantamentos	Outros	Total
Taxa estimada de depreciação (a.a)	3,06%	-	5,20%	10,81%	-	-	3,70%	
Saldo em 2018	2.572.665	78.658	172.266	106.335	105.405	6.348	1.201	3.042.878
Adição	5	-	70	2.139	105.813	26	102	108.155
Transferência	102.512	-	50.509	1.936	(154.911)	(46)	-	-
Baixa	(8.664)	-	-	(23)	-	(1.139)	-	(9.826)
Reversão (provisão) <i>impairment</i>	58.383	-	-	(56.363)	-	-	-	2.020
Depreciação	(89.250)	-	(11.614)	(8.059)	-	-	(214)	(109.137)
Saldo em 2019	2.635.651	78.658	211.231	45.965	56.307	5.189	1.089	3.034.090
Custo	3.038.404	78.658	262.920	76.271	56.307	5.189	2.907	3.502.656
Depreciação acumulada	(402.753)	-	(51.689)	(30.306)	-	-	(1.818)	(486.566)
Saldo em 2019	2.635.651	78.658	211.231	45.965	56.307	5.189	1.089	3.034.090

Obras em andamento

Na Porto do Açu o saldo de obras em andamento em 31 de dezembro de 2020, incluindo custos diretos e indiretos alocados aos diversos ativos em construção, é composto por obras complementares de infraestrutura geral no valor de R\$16.769 (R\$56.122 em 31 de dezembro de 2019).

Na controlada Águas Industriais do Açu o saldo de obras em andamento em 31 de dezembro de 2020 é de R\$2.311 (R\$185 em 31 de dezembro de 2019) referente a gastos com projetos para o sistema de águas do porto.

Na controlada Reserva Ambiental Caruara o saldo de obras em andamento em 31 de dezembro de 2020 é de R\$165 (R\$0 em 31 de dezembro de 2019) referente a gastos com obras de infraestrutura.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Instalações portuárias

Em 2020, a Companhia iniciou a depreciação de parte da drenagem do *T-Mult galpão de fertilizantes* e algumas obras de vias de acesso no montante de R\$38.853. Adicionalmente, o montante de baixa de R\$8.399 no consolidado, refere-se principalmente a reavaliação pela Companhia da continuidade de projetos, ligados à rodovia, ferrovia, e infraestrutura, conforme demonstrado no quadro da nota explicativa.

- Teste de valor recuperável para os ativos não circulantes (“impairment”)

De acordo com o CPC 01 (R1) - Redução ao valor recuperável de ativos, a Administração avalia trimestralmente a recuperabilidade dos seus ativos ou quando existirem indicativos de desvalorização de maneira regular e verificar potenciais perdas por incapacidade de recuperação dos valores contábeis.

A Companhia considera suas atividades portuárias e arrendamento de retroárea e na movimentação e armazenagem de containers, veículos, granéis sólidos e cargas soltas como uma única UGC Industrial *Hub/T-Mult*.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia revisou o teste de *Impairment* e não identificou a necessidade de constituição de uma nova provisão para recuperabilidade de seus ativos da UGC *Industrial Hub/T-Mult*.

Nesta avaliação de 31 de dezembro de 2020 utilizou-se o valor em uso por UGC tendo como base as seguintes premissas:

- Cenário macroeconômico do país;
- Período do fluxo de caixa de 22 anos;
- Taxa de desconto efetiva “rolling WACC” que apresenta diferenças ano a ano em função da variação dos indicadores que a compõe ao longo das projeções. Para fins referenciais a taxa de desconto utilizada na revisão do fluxo de caixa futuro em 2020 foi de 8,94% a.a. a 11,83% a.a. em termos nominais (de 10,33% a.a. a 14,17% a.a em 2019), baseada na projeção da estrutura de capital ano a ano no custo médio ponderado de capital (“Rolling WACC”); e
- Taxa de crescimento de perpetuidade de 3,25% a.a.

Consolidado		
2020		
Valor contábil (a)	Valor em uso	Impairment
4.222.640	5.288.967	-
2019		
Valor contábil (a)	Valor contábil (a)	Impairment
4.300.912	4.836.968	-

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O valor contábil dos ativos é composto por: ativo imobilizado, intangível, diferido, propriedades para investimento, direito de arrendamento, debêntures e créditos com a OSX (líquido de obrigações com terceiros).

Em 31 de dezembro de 2019, adicionalmente ao procedimento realizado na UGC *Industrial Hub/T-Mult*, a Companhia testou individualmente da base de ativos existente, e identificou a existência de itens que temporariamente não possuem expectativa de recuperabilidade. Para estes itens foi constituída provisão de recuperabilidade no valor de R\$90.687, conforme detalhamento do quadro abaixo.

Esta condição de não recuperabilidade permanece em 31 de dezembro de 2020 para estes ativos.

Movimentação da provisão para recuperabilidade de ativos específicos.

	Controladora			
	2018	Adições	Reversão	2019
Estoque de estacas prancha	-	56.363	-	56.363
Torres de transmissão (a)	-	14.450	-	14.450
Equipamentos elétricos (a)	-	19.874	-	19.874
	-	90.687	-	90.687

(a) Total de R\$34.324, conforme provisão para *Impairment* demonstrado na nota explicativa 16 – Propriedade para Investimento.

18 Intangíveis

	Taxa anual de amortização (%)	Controladora		Consolidado	
		2020	2019	2020	2019
Licença de uso de software	20	6.350	3.773	6.440	3.866
Implantação de sistemas		932	2.193	943	2.197
Outros		44	44	44	44
		7.326	6.010	7.427	6.107

Teste de valor recuperável para os ativos intangíveis

O montante dos bens intangíveis foi incluído nos testes de *impairment* da UGC *Industrial Hub/T-Mult* mencionados na Nota explicativa nº 17 – Imobilizado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

19 Ativo Diferido

	Controladora	
	2019	Amortização 2020
Porto do Açu	29.843	(6.070)
	29.843	(6.070)

	Controladora		
	2018	Reversão (provisão) impairment	Amortização 2019
Porto do Açu	-	35.913	(6.070)
	-	35.913	(6.070)

O ativo diferido está demonstrado ao custo de formação e representa gastos pré-operacionais incorridos e resultados financeiros líquidos incorridos ou auferidos pela Porto do Açu.

Em 31 de dezembro 2008, a Companhia optou por manter o saldo existente no grupo do diferido e efetuar a sua amortização, conforme determina a lei societária nº 11.638/2017 e 6.404/76 respectivamente, pelo prazo de 10 anos.

20 Direito de Uso / Passivo de Arrendamento

A norma contábil IFRS 16 – Leases para arrendadores não altera substancialmente o que já era previsto anteriormente. A contabilidade do arrendador continua a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A Companhia possui contratos de cessão de direito real de superfície nos quais, se apresenta como arrendador pelo conceito do IFRS. Todas estas operações são enquadradas como arrendamento operacional pela norma contábil, não possuindo a Companhia nenhum arrendamento financeiro. Informações sobre a receita destas operações de arrendamento se encontram na Nota explicativa nº 27 – Receita Líquida, e seu gerenciamento de risco está descrito na Nota explicativa nº 33 – Instrumentos Financeiros.

No caso dos arrendatários, a IFRS 16 - Leases introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor.

A Companhia adotou isenções permitidas na norma tais como: exclusão de aplicação da IFRS 16 para ativos subjacentes com baixo valor e contratos com prazo até 12 meses.

A movimentação em 2020 do ativo direito de uso e do passivo de arrendamento é demonstrada no quadro abaixo:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

		Consolidado								
	Taxa Incremental (anual) %	Saldo em 2019	PIS/COFINS a recuperar	Adições	Amortização	Transferências	Pagamentos	Juros apropriados	Eliminação	Saldo em 2020
Ativos:										
Imóveis		1.931	-	5.855	(943)	-	-	-	-	6.843
Máquinas e equipamentos		-	-	2.171	(1.420)	-	-	-	-	751
Terrenos (*)		-	-	6.060	(756)	-	-	-	(5.304)	-
Total do Ativo		1.931	-	14.086	(3.119)	-	-	-	(5.304)	7.594
Passivos:										
Imóveis		(1.123)	-	(181)	-	(1.194)	1.084	-	-	(1.414)
(-) Encargos financeiros a transcorrer - Imóveis	7,73 a 10,60	161	-	494	-	279	-	(362)	-	572
Máquinas e equipamentos		-	-	(1.812)	-	(181)	1.437	-	-	(556)
(-) Encargos financeiros a transcorrer – Máquinas e equipamentos	6,95 a 10,07	-	-	120	-	14	-	(89)	-	45
Terrenos		-	-	(651)	-	(1.992)	1.992	-	651	-
(-) Encargos financeiros a transcorrer - Terrenos	10.12	-	-	584	-	1.767	-	(1.787)	(564)	-
Passivo arrendamento CP		(962)	-	(1.446)	-	(1.307)	4.513	(2.238)	87	(1.353)
Imóveis		(1.123)	-	(8.265)	-	1.194	-	-	-	(8.194)
(-) Encargos financeiros a transcorrer - Imóveis	7,73 a 10,60	59	-	2.097	-	(279)	-	-	-	1.877
Máquinas e equipamentos		-	-	(500)	-	181	-	-	-	(319)
(-) Encargos financeiros a transcorrer – Máquinas e equipamentos	6,95 a 10,07	-	-	22	-	(14)	-	-	-	8
Terrenos		-	-	(14.977)	-	1.992	-	-	12.985	-
(-) Encargos financeiros a transcorrer - Terrenos	10.12	-	-	8.982	-	(1.767)	-	-	(7.215)	-
Passivo arrendamento LP		(1.064)	-	(12.641)	-	1.307	-	-	5.770	(6.628)
Total do Passivo		(2.026)	-	(14.087)	-	-	4.513	(2.238)	5.857	(7.981)
Resultado										
Amortização – Imóveis		-	-	-	943	-	-	-	-	943
Amortização – Máquinas e equipamentos		-	-	-	1.420	-	-	-	-	1.420
Amortização – Terrenos		-	(69)	-	756	-	-	-	(687)	-
Despesa de juros – Imóveis		-	-	-	-	-	-	362	-	362
Despesa de juros – Máquinas e equipamentos		-	-	-	-	-	-	89	-	89
Despesa de juros – Terrenos		-	(114)	-	-	-	-	1.787	134	1.807
Resultado arrendamento		-	(183)	-	3.119	-	-	2.238	(553)	4.621

(*) Refere-se a contrato de cessão direito real de superfície em que a Porto do Açu cede terreno para a controlada Águas Industriais por 25 anos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

21 Partes relacionadas

A Companhia adota as práticas de Governança Corporativa recomendadas e/ou exigidas pela legislação. A Política de Governança Corporativa da Companhia determina que os membros do Conselho de Administração devam monitorar e administrar potenciais conflitos de interesses dos executivos, dos membros do Conselho e dos Sócios, de forma a evitar o uso inadequado dos ativos da Companhia e, especialmente, abusos em transações entre partes relacionadas.

Em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, os membros do Conselho de Administração da Companhia estão proibidos de votar em qualquer Assembleia ou Reunião do Conselho ou de atuar em quaisquer operações ou negócios nos quais tenham interesses conflitantes com os da Companhia.

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, relativos às operações com partes relacionadas, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, são decorrentes de transações da Companhia com empresas controladas, membros da Administração e outras partes relacionadas, como segue:

	Contas a receber (a)			
	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Clientes - Cessão do direito real de superfície				
UTE GNA I (a)	31.187	21.029	30.204	21.029
NFX	2.057	1.930	2.057	1.930
Águas Industriais do Açu	-	112	-	-
Açu Petróleo	-	78	-	78
	33.244	23.149	32.261	23.037
Clientes – Serviços portuários				
Açu Petróleo	-	120	-	120
UTE GNA I	724	-	724	-
NFX	16	-	16	-
	740	120	740	120
	33.984	23.269	33.001	23.157
Circulante	2.797	2.240	2.797	2.128
Não circulante	31.187	21.029	30.204	21.029
Outros valores a receber - Notas de crédito				
Consortio Dome Serviços Integrados	4.133	4.590	4.133	4.590
Prumo Logística	2.074	969	2.074	969
Gás Natural Açu	1.120	1.096	1.120	1.096
UTE GNA I	827	587	832	587
Gás Natural Açu Infra	316	312	316	312
Águas Industriais do Açu	430	337	-	-
Açu Petróleo	47	82	47	82
UTE GNA II	5	5	5	5
Reserva ambiental	207	-	-	-
Ferropont	1	1	-	1
Créditos a receber - Venda de ativos				
Açu Petróleo Investimentos (b)	527.455	582.696	527.455	582.696
	536.615	590.675	535.982	590.338
Circulante	2.955	7.979	2.322	7.642
Não circulante	533.660	582.696	533.660	582.696

(a) Refere-se ao reconhecimento receita do contrato de aluguel (cessão do direito real de superfície), sobre a área de 336.500,86 m², com a Empresa UTE GNA I onde estão sendo instaladas as usinas termoeletricas. A receita é reconhecida pelo método linear compreendendo o prazo total do contrato de arrendamento, conforme determina o CPC 06. O reconhecimento da receita linear deste referido contrato foi mensurado no valor total de R\$30.190 até 31 de dezembro de 2020 e o fluxo de pagamento para este contrato é de longo prazo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(b) Refere-se à transação de venda de ativos para a empresa Açu Petróleo Investimentos, controlada da empresa Prumo. Em 21 de agosto de 2019 foi amortizado R\$10.000 e em 10 de agosto de 2020 foi amortizado R\$102.200 da dívida. O saldo está sujeito à taxa média ponderada das projeções de IPCA, TJLP e SELIC, a partir do exercício de 2016 e seu prazo máximo para a quitação está vinculado à liquidação financeira do Contrato de Repasse de Recursos do BNDES assinado entre Porto do Açu e os Bancos Repassadores Bradesco e Santander em 10 de agosto de 2015 e reperfilado em 31 de janeiro de 2020.

	Contas a pagar			
	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Contas a pagar - Notas de débito				
Port of Antwerp International N.V	1.521	3.903	1.521	3.903
Prumo	2.803	2.506	2.805	2.516
Águas Industriais do Açu	54	1.140	-	-
Total - curto prazo	4.378	7.549	4.326	6.419

O quadro abaixo demonstra o efeito no resultado, por empresa, das transações com partes relacionadas:

	Receitas - efeito no resultado			
	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receitas de cessão do direito real de superfície				
NFX	24.166	19.370	24.166	19.370
UTE GNA I	9.161	21.029	9.313	21.029
Águas Industriais	1.993	1.911	-	-
	35.320	42.310	33.479	40.399
Receita de Serviços				
UTE GNA I - Serviços portuários	2.252	733	2.252	733
Açu Petróleo - Serviços portuários	59	214	59	214
NFX - Serviços portuários	135	11	135	11
Dome - Serviços portuários	-	61	-	61
UTE GNA I - Serviços ambientais	-	-	454	-
Atualização monetária - Venda de ativos				
Açu Petróleo Investimentos	46.959	60.746	46.959	60.746
	84.725	104.075	83.338	102.164
	Custos/Despesas - efeito no resultado			
	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesas:				
Port of Antwerp International N.V – Consultoria	(13.441)	(11.131)	(13.441)	(11.131)
Custos:				
Águas Industriais - Fornecimento de água	(434)	(643)	-	-
	(13.875)	(11.774)	(13.441)	(11.131)

Os montantes referentes à remuneração dos membros da Administração estão apresentados abaixo:

	Controladora e Consolidado	
	2020	2019
Diretores		
Salários	1.226	1.784
Pró-labore	5.093	3.014
Bônus	3.725	4.342
Benefícios e Encargos	2.483	2.200
	12.527	11.340

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

22 Empréstimos, financiamentos e debêntures

	Consolidado				
	2020				2019
	Vencimento	Principal	Juros e atualização	Total	Total
Instituições					
BNDES (Repassadores) (i)	15/07/2033	1.070.653	23.351	1.094.004	1.127.971
BNDES (Repassadores) (ii)	15/07/2033	2.383.263	118.118	2.501.381	2.523.263
(-) Custo de transação (i) e (ii)	-	(247.633)	-	(247.633)	(227.410)
Debêntures (iii)	15/07/2033	1.733.023	55.162	1.788.185	1.681.931
(-) Custo de transação (iii)	-	(23.992)	-	(23.992)	(7.023)
Terex	23/08/2020	-	-	-	2.571
		4.915.314	196.631	5.111.945	5.101.303
Circulante		16.568	196.631	213.199	469.648
Não circulante		4.898.746	-	4.898.746	4.631.655

Em 31 de dezembro de 2020, o custo médio de captação para financiamentos em reais é de 8,64% a.a.

(i) e (ii) Em 12 de setembro de 2019, o BNDDES assinou uma autorização para suspensão temporária de até quatro prestações (setembro a dezembro de 2019) de principal e juros da dívida durante a fase de negociação do reperfilamento. Em 15 de janeiro de 2020, a Companhia efetuou pagamento das parcelas referentes à suspensão temporária no valor de R\$192.134 aos bancos repessadores, sendo R\$67.571 de amortização de principal e R\$124.563 de juros. Em 31 de janeiro de 2020, a Companhia assinou o contrato de refinanciamento com todas as partes.

(iii) Em 15 de janeiro de 2020, a Companhia efetuou o pagamento de R\$19.396 ao FI FGTS, sendo R\$10.319 referentes a amortização de principal e R\$9.077 referentes a juros. Em 31 de janeiro de 2020, a Companhia assinou o contrato de reperfilamento com todas as partes.

(i), (ii) e (iii) Em 15 de julho e 11 de setembro de 2020, a Companhia realizou os pagamentos de amortizações extraordinárias referentes a Eventos de Liquidez ocorridos, conforme previsto em contrato. O montante recebido pela Companhia totaliza R\$225.929, dos quais 90% (R\$203.337) foram transferidos para a conta Caixa Restrito e 10% (R\$22.593) foram direcionados para o pagamento de amortização extraordinária da dívida da Companhia com o BNDDES e FI FGTS.

Refinanciamento Porto do Açu

A Porto do Açu iniciou em 2019 o processo de negociação da dívida de longo prazo fechada em 2015 com os Bancos Repessadores (Bradesco e Santander) e com os debenturistas (FI-FGTS). Em 31 de janeiro de 2020, a Companhia concluiu o refinanciamento e assinou os aditivos contratuais de dívida junto aos credores, sendo o primeiro pagamento em julho de 2020.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O objetivo da reestruturação foi principalmente de reperfilar o fluxo de serviço da dívida existente, adequando o fluxo de pagamentos à geração de caixa da Companhia. Com a renegociação, o serviço da dívida terá amortização de no máximo 5% até 2025 e haverá um pagamento extraordinário de aproximadamente 50% do principal (“balloon”) ao final do fluxo. Os juros serão escalonados até 2027 quando atingirão o teto de remuneração dos repassadores (conforme tabela abaixo), mantendo o vencimento da dívida em 2033 com pagamentos de principal e juros ocorrendo agora semestralmente nos meses de janeiro e julho de cada ano.

Spread Curve – Bradesco / Santander (% a.a.)													
Jan-20	Jul-20	Jan-21	Jul-21	Jan-22	Jul-22	Jan-23	Jul-23	Jan-24	Jul-24	Jan-25	Jul-25	Jan-26	Jan-27
0,75%	0,75%	0,75%	1,00%	1,25%	1,50%	1,75%	2,00%	2,25%	2,50%	2,75%	3,00%	4,00%	5,00%

Os novos contratos também apresentam o conceito de Eventos de Liquidez, segundo o qual um evento que gere liquidez para a controladora Prumo Logística deverá ser parcialmente utilizado para pagamento de dívida e preenchimento de conta reserva, minimizando os riscos de pagamento futuros.

Não houve alteração na estrutura de garantias.

Nos novos contratos, a Prumo Logística passou a ser a empresa responsável pelos *covenants* financeiros dos contratos de dívida de longo prazo da Porto do Açu, conforme seção de Cláusulas Restritivas. A Porto do Açu deixou de ter *covenants* financeiros como condição de *default*.

Avais, fianças e hipotecas concedidas em favor da Porto do Açu

A Prumo Logística S.A. é interveniente garantidora, enquanto a EIG LLX Holdings S.A R.L, a EIG Enegy XV Holdings (Flame), LLC, EIG Prumo FIP I, LLC, EIG Prumo FIP II, LLC e EIG Prumo FIP III, LLC, EIG Prumo Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia são intervenientes anuentes, para os seguintes financiamentos vigentes concedidos à Porto do Açu:

- Financiamento via repasse do BNDES concedido pelos bancos Bradesco e Santander Brasil, no montante atualizado de R\$3.595.243 em 31 de dezembro de 2020 (R\$3.651.234 em 31 de dezembro de 2019); e
- Financiamento via emissão de debêntures, no montante atualizado de R\$1.788.185 em 31 de dezembro de 2020 (R\$1.681.931 em 31 de dezembro de 2019), sendo todo o crédito suportado pela fiança da Prumo, além de pacote de garantias elencadas a seguir.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Garantias prestadas

As garantias prestadas em favor dos debenturistas, compartilhadas com os bancos Bradesco e Santander (“Repassadores”), são as seguintes:

- (i) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Reserva Ambiental Caruara;
- (ii) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Prumo;
- (iii) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Porto do Açu (detidas pela Prumo);
- (iv) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações da Porto do Açu (detidas pela PAI Invest N.V.);
- (v) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Quotas do EIG Prumo Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia;
- (vi) Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia de Ativos;
- (vii) Contrato de Cessão Condicional em Garantia de Direitos Contratuais e Outras Avenças;
- (viii) Carta de Compromisso de Alienação Fiduciária de Imóveis;
- (ix) Contrato de Cessão Fiduciária em Garantia de Rendimentos de Ações e Quotas;
- (x) Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Emergentes da Autorização e Demais Direitos Creditórios;
- (xi) Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia (Área do Meio);
- (xii) Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia (Reserva Ambiental Caruara);
- (xiii) Instrumento Particular de Cessão Fiduciária e Subordinação de Mútuos e AFAC;
- (xiv) Commitment for Additional Funding (Compromisso para Financiamento Adicional);
- (xv) Contrato de Administração de Contas.

Além do pacote de garantias acima mencionado, os debenturistas e os Repassadores possuem a garantia fidejussória da controladora Prumo. O interveniente garantidor desta emissão obriga-se solidariamente com a Porto do Açu, perante os debenturistas e Repassadores, como fiador e principal pagador de todas as obrigações contraídas pela Porto do Açu, conforme os termos da escritura de emissão, enquanto vigorar este instrumento. As garantias prestadas pelos fiadores serão automaticamente extintas quando cumpridas determinadas condições previstas nas escrituras de financiamento.

A totalidade dos ativos e direitos acima elencados garantem 100% do Contrato de Repasse e da Escritura de Emissão de Debêntures.

Os bancos repassadores e debenturistas nomearam o Oliveira Trust Servicer S.A. para atuar como agente de garantia dos contratos de financiamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Importante ressaltar que para desenvolvimento dos projetos GNA I e GNA II, a Porto do Açu celebrou: (a) o Instrumento Particular de Futura Concessão de Direito Real de Superfície e Uso de Infraestrutura Geral, em 2 de maio de 2018, com a GNA Infra, a UTE GNA I, UTE GNA II e a GNA; (b) o Contrato de Cessão de Uso Onerosa, em 2 de maio de 2018, com a UTE GNA I e a GNA, com relação ao direito de uso do molhe norte; e (c) o Contrato de Infraestrutura Acessória, em 3 de julho de 2019, com a UTE GNA I, a GNA e a GNA Infra, com relação aos direitos para construção e uso de Infraestrutura Acessória e a Área de Infraestrutura Acessória.

Além disso, a Porto do Açu detém a propriedade de uma linha de transmissão de 345kV, de aproximadamente 50 km (cinquenta quilômetros) que conecta o Porto do Açu à rede elétrica nacional, através da subestação Furnas. A Linha de Transmissão é a conexão física que a usina termelétrica da UTE GNA I precisará para despachar sua produção.

Neste sentido, os Repassadores e os Debenturistas aprovaram a desconstituição da alienação fiduciária existente sobre os ativos que compõem a Linha de Transmissão e aprovaram a constituição de uma alienação fiduciária pela Porto do Açu sobre os ativos que compõem a Linha de Transmissão em favor dos credores do Financiamento UTE GNA I, e, ainda, a futura doação direta da Linha de Transmissão à Furnas, na qualidade de operador local em cumprimento de norma regulatória.

Cláusulas restritivas (covenants)

No refinanciamento concluído em 31 de janeiro de 2020, a Porto do Açu deixou de ter *covenants* financeiros medidos pelas suas demonstrações financeiras e índices, passando os mesmos a serem medidos pelas demonstrações financeiras e índices financeiros dos saldos consolidados da controladora Prumo Logística, aplicáveis nos exercícios findos, conforme tabela abaixo. Em relação aos *covenants* não financeiros, estes continuam seguindo as disposições regulares dos contratos anteriores, tanto para o Contrato de Repasse quanto para a Emissão de Debêntures.

	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033
Dívida Líquida / EBITDA	6,5x	6,0x	5,5x	5,0x	4,5x	4,0x	3,5x	3,5x	3,5x
EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas	1,3x	1,3x	1,5x	1,5x	2,0x	2,0x	2,0x	2,0x	2,0x
ICSD	1,2x	1,2x	1,2x	1,2x	1,2x	1,2x	1,2x	1,2x	1,2x

Esses *Covenants* Financeiros da controladora Prumo serão calculados por meio de uma consolidação pro forma das demonstrações financeiras auditadas das sociedades em que a Prumo detenha participação acionária direta ou indireta, ponderados pela participação acionária total (direta e indireta) detida pela Prumo em cada uma destas sociedades.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Sendo:

“Dívida Líquida”: Somatório de todos os empréstimos, financiamentos e debêntures e outras dívidas na data final do período de apuração; menos o somatório do caixa e equivalentes de caixa, disponibilidades, títulos e valores mobiliários, aplicações financeiras, caixa restrito e depósitos bancários vinculados na data final do período de apuração.

“EBITDA”: Resultado operacional antes de resultado financeiro, impostos e contribuições a recolher, depreciação/amortização e equivalência patrimonial.

“Despesas Financeiras Líquidas”: Despesas financeiras totais menos receitas financeiras totais.

“ICSD”: Caixa Disponível para o Serviço da Dívida / Serviço da Dívida.

“Caixa Disponível para o Serviço da Dívida”: EBITDA acrescido dos recursos recebidos pela controladora Prumo por meio de suas subsidiárias menos o imposto de renda e os investimentos em imobilizado.

“Serviço da Dívida”: Somatório do pagamento de juros e amortizações de empréstimos, financiamentos e debêntures e outras dívidas financeiras; e

Eventos de vencimento antecipado automático e não automático

Os contratos possuem cláusulas de eventos de vencimento antecipado automático e não automático. Essa medida é tomada também no caso de haver alteração do controle acionário, direto ou indireto, no tomador no projeto, até a quitação de todas as obrigações do respectivo empréstimo e debêntures, sem prévia e expressa anuência, e também caso ocorra cessão, transferência ou alteração do controle do Porto do Açu ou do Interveniente Garantidor pessoa jurídica, sem prévio consentimento dos credores, exceto se, após tais eventos, o controlador permanecer direta ou indiretamente na situação de Emissor e Interveniente Garantidor do Porto do Açu.

(i) Obrigações adicionais da Prumo Logística (Interveniente Garantidora) e da Porto do Açu (Emissora)

Além dos compromissos comuns aplicados aos acordos desta natureza, o pagamento de mútuos aos acionistas realizado pelo Emissor deverá respeitar os termos previstos no Instrumento Particular de Cessão Fiduciária e Subordinação de Mútuos e AFAC. Quanto às suas subsidiárias, o Emissor somente estará autorizado a celebrar contratos de mútuos dentro do limite de R\$4.000 (quatro milhões de reais) anuais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O Interveniente Garantidor fica limitado a conceder mútuos a quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, exceto às sociedades controladas e à Ferroport; deverá notificar o agente fiduciário sobre alterações nas condições (financeiras ou não) em seus negócios que possam impossibilitar, de forma relevante, o cumprimento de suas obrigações decorrentes da Escritura de Debêntures e/ou dos contratos relativos às contas vinculadas; e dentre as obrigações adicionais relevantes, não constituir, sem o prévio consentimento dos debenturistas, garantias reais ou fidejussórias em operações com outros credores, ressalvadas as garantias prestadas nas operações de financiamento de longo prazo já contempladas no plano de negócios.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

		Controladora / Consolidado					
		Fluxo de Caixa			Efeito não Caixa		
2019		Captação / (Liquidação)	Juros Pagos	Adição de Custos de Transação	Juros, Atualização monetária e Variação cambial	Amortização Custo de Transação	2020
Empréstimos, Financiamentos e debêntures	5.101.303	(109.051)	(298.218)	(55.819)	455.102	18.628	5.111.945
	5.101.303	(109.051)	(298.218)	(55.819)	455.102	18.628	5.111.945

(*) Os juros pagos estão sendo classificados nas atividades de financiamentos nas demonstrações dos fluxos de caixa.

23 Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
ISS	580	429	589	429
IPTU	-	9.379	-	9.379
PIS/COFINS	114	114	140	115
ICMS	15	23	15	27
IRRF	922	788	933	794
PIS/COFINS/CSLL – Retenção	221	300	225	302
Imposto de renda e contribuição social ("IRPJ e CSL")	-	-	232	618
INSS retido de terceiros	236	90	268	90
	2.088	11.123	2.402	11.754
Circulante	1.974	2.253	2.288	2.884
Não circulante	114	8.870	114	8.870

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e das despesas de imposto de renda e contribuição social registradas no resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Prejuízo líquido antes do imposto de renda e contribuição social	(516.116)	(490.012)	(509.188)	(518.827)
Lucro (prejuízo) das empresas cujos créditos fiscais não são reconhecidos	-	-	(6.387)	29.328
Prejuízo líquido ajustado	(516.116)	(490.012)	(515.575)	(489.499)
Imposto de renda e contribuição social alíquota nominal (34%)	175.479	166.604	175.296	166.430
Ajustes para derivar a alíquota efetiva				
Diferenças permanentes	(3.580)	10.976	(3.606)	10.610
Créditos fiscais não reconhecidos - DT	(2.737)	4.300	(2.707)	4.309
Créditos fiscais não reconhecidos - PF e BN	(169.162)	(179.542)	(168.982)	(179.658)
Baixa de crédito fiscal	(28.885)	-	(29.194)	-
Total do imposto de renda e contribuição social do exercício	(28.885)	2.338	(29.194)	1.691
Alíquota efetiva	5,60%	(0,48) %	(5,66) %	(0,35) %
IR e CSL Corrente	-	-	(284)	(667)
IR e CSL Diferido	(28.885)	2.338	(28.910)	2.358
Total do imposto de renda e contribuição social do exercício	(28.885)	2.338	(29.194)	1.691

Conforme mencionado na Nota explicativa nº 10 – Impostos diferidos, no período findo em 31 de dezembro de 2020, a Porto do Açu realizou a provisão para não realização de créditos fiscais diferidos no montante de R\$200.635, referentes ao ativo fiscal diferido apurado no período. Para demais períodos, a Administração irá revisar a recuperabilidade dos ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos e, se for o caso, reverter a provisão ou reduzi-la na medida em que a sua realização for provável.

Conforme mencionado na Nota explicativa nº 10 - Impostos diferidos, com o advento da Lei nº. 12.973, foi revogado o regime tributário de transição (RTT), tornando obrigatório, a partir do ano calendário de 2015, a adoção do novo regime tributário, devendo os saldos constituídos até 31 de dezembro de 2014, serem amortizados pelo prazo de 10 anos. Adicionalmente, a referida Lei alterou o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido, sendo que, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, tal alteração não produziu efeitos significativos sobre as demonstrações financeiras.

24 Fornecedores

	Consolidado	
	2020	2019
Serviço de dragagem	12.700	12.700
Desapropriação de terrenos	3.600	2.300
Serviços de implantação e infra	8.500	4.600
Serviços operacionais portuários	5.800	3.500
Serviços Adm. Gerais e TI	5.419	15.044
Outros	4.709	3.598
	40.728	41.743
Circulante	24.597	29.586
Não circulante	16.131	12.156

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

25 Provisão para contingências

a. Perdas prováveis, provisionadas em nosso balanço

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia e suas controladas são alvo de processos cujas expectativas de perda são classificadas como prováveis na opinião de seus consultores jurídicos e para os quais foram efetuados os devidos provisionamentos conforme tabela demonstrada a seguir:

	Controladora / Consolidado		
	2019	Adições (Reversão)	2020
Trabalhistas (a)	1.145	242 (682)	705
Cível (b)	4.511	7.263 (5.971)	5.803
	5.656	7.505 (6.653)	6.508

- (a) Ações Trabalhistas: Diversas reclamações trabalhistas.
- (b) Ações Cíveis: R\$ 5.292 referente ao processo de contingência com a Farmisa relativo à cobrança indevida de IRRF retido no ato do pagamento do valor incidente sobre o contrato de servidão assinado entre as partes e R\$511 refere-se à provisão de pagamento complementar de terrenos dos contratos celebrados com a CODIN.

b. Perdas possíveis, não provisionadas em nosso balanço

A Companhia e suas controladas tem ações de naturezas fiscais, cíveis e trabalhistas, envolvendo riscos de perda classificados como possíveis pela Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	Controladora / Consolidado	
	2020	2019
Fiscais	98.648	15.812
Trabalhistas	6.829	11.794
Cíveis	47.794	30.693
	153.271	58.299

Em 31 de dezembro de 2020, os principais processos de perdas possíveis para a Companhia são os que seguem:

Processos trabalhistas: as reclamações trabalhistas representam, em sua maioria, reclamações individuais ajuizadas por ex-empregados de empresas contratadas da Companhia, nas quais se questiona a responsabilidade subsidiária da Companhia em assuntos relacionados a adicional de horas extras, horas "intineres", pagamento de FGTS, dentre outros direitos trabalhistas com um montante aproximado de R\$6.829 (R\$11.794 em 31 de dezembro de 2019).

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Processos fiscais: No cenário tributário os processos mais relevantes, no polo passivo, estão em discussão administrativa, perante os órgãos competentes: (i) Auto de Infração aplicado pela Receita Federal do Brasil, objetivando a redução de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL no valor de R\$ 71.613 e acréscimo na base de cálculo das contribuições de PIS e da COFINS, ocasionando uma cobrança adicional dessas contribuições no valor de R\$ 10.309; (ii) Cobrança adicional de Imposto Territorial Rural (“ITR”) na área da Fazenda Caruara, no valor de R\$ 10.533 (R\$8.908 em 31 de dezembro de 2019) e (iii) Outros processos nos quais se questiona a cobrança de ISS, IOF e débitos compensados por Dcomps, totalizando um montante aproximado de R\$ 6.193 (R\$5.260 em 31 de dezembro de 2019).

Processos cíveis: trata-se de demandas judiciais que se referem a ações de indenizações e cobranças no contexto de contratos celebrados pela Companhia com empresas construtoras, prestadoras de serviços, etc., que somam um montante total de aproximadamente R\$16.003. Há ainda ações relacionadas à posse de áreas localizadas em São João da Barra/RJ, em um montante total de aproximadamente R\$1.975.

Processos de desapropriação: No ano de 2010, a Companhia celebrou com a CODIN Promessas de Compra e Venda de lotes do Distrito Industrial de São João da Barra, na qual se obrigou a arcar com os custos das desapropriações, inclusive aqueles relacionados aos processos atualmente em trâmite perante o Poder Judiciário.

Nos referidos processos de desapropriação são discutidos exclusivamente os valores indenizatórios devidos, que podem ser majorados em relação àqueles inicialmente ofertados pela CODIN. Nesse sentido, a mera existência dessas ações já indica prognóstico de perda possível.

Os valores depositados inicialmente pela CODIN, despendidos pela Companhia quando do ajuizamento dos processos de desapropriação, na forma da PCV, já asseguram sua proteção financeira. Entretanto, os consultores jurídicos e a Administração da Companhia entendem que, mesmo mantido o prognóstico de perda possível, é necessário apontar os valores correspondentes à diferença entre os mencionados depósitos iniciais e os valores definidos pelo Poder Judiciário em 1ª instância.

Em 31 de dezembro de 2020, a diferença entre os depósitos iniciais das ações de desapropriação e os valores definidos pelo Poder Judiciário em 1ª instância totaliza R\$17.568 (R\$ 12.611 em 31 de dezembro de 2019).

O valor de R\$12.248 referente ao pleito da contratada DTA Engenharia, sendo certo que a presente contingência – como as demais – não representa em hipótese alguma reconhecimento de valores devidos pela Porto do Açu.

Processos ambientais: trata-se de ações civis públicas ajuizadas contra a Companhia que questionam supostos vícios nos processos de licenciamento e obtenção de licenças ambientais, bem como supostos danos ambientais na construção do empreendimento Porto do Açu. A Companhia e os consultores jurídicos consideram como inestimável o valor envolvido nesses processos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

26 Patrimônio líquido

a. Capital social

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é a seguinte:

Acionistas	2020		2019	
	Quantidade de ações ordinárias (mil)	%	Quantidade de ações ordinárias (mil)	%
Prumo Logística S.A.	2.576.062	98,13	2.036.821	97,67
PAI Invest N. V	48.527	1,87	48.527	2,33
	2.625.110	100,00	2.085.348	100,00

Pela reunião da Assembleia Geral Extraordinária de 28 de janeiro de 2020, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, pela Prumo Logística, mediante a emissão de 359.500.065 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,64 por ação pelo valor total do preço de emissão de R\$589.580 destinados à conta de capital social da Companhia.

Pela reunião da Assembleia Geral Extraordinária de 29 de janeiro de 2020, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, pela Prumo Logística, mediante a emissão de 145.793.526 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,45 por ação pelo valor total do preço de emissão de R\$211.401 destinados à conta de capital social da Companhia.

Pela reunião da Assembleia Geral Extraordinária de 12 de fevereiro de 2020, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, pela Prumo Logística, mediante a emissão de 34.468.085 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,41 por ação pelo valor total do preço de emissão de R\$48.600 destinados à conta de capital social da Companhia.

b. Adiantamento para futuro aumento de capital

A controladora Prumo realizou, na forma de adiantamento para futuro aumento de capital ("AFAC"), aportes até 31 de dezembro de 2020 no montante total de R\$391.128. Tais aportes são irrevogáveis e irretratáveis, e conversíveis na quantidade de ações correspondentes, respeitando-se o seu valor nominal.

c. Dividendos

As ações da Companhia participam em condições de igualdade na distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio e demais benefícios aos acionistas. O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A Companhia não irá distribuir dividendos no exercício tendo em vista o prejuízo apurado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

27 Receita líquida

Os principais contratos da Companhia estão relacionados ao aluguel da retroárea e serviços portuários.

As receitas são reconhecidas mediante transferências dos bens e serviços aos respectivos clientes, estando seus valores sujeitos a variações na taxa de câmbio e outros fatores de mercado.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita bruta				
Cessão direito real de superfície	170.365	169.579	168.537	167.814
Serviços portuários	62.319	69.287	62.319	69.287
Locação de equipamentos	487	-	487	-
Fornecimento de água	-	-	6.504	5.862
Serviços ambientais	-	-	480	333
Outras receitas	416	-	433	-
Total receita bruta	233.587	238.866	238.760	243.296
Imposto sobre receita (PIS/COFINS/ISS/ICMS)	(24.039)	(23.882)	(24.634)	(23.917)
Receita líquida	209.548	214.984	214.126	219.379

Os ativos de contratos relacionam-se principalmente aos direitos da Companhia e de suas controladas pela contraprestação do trabalho concluído. A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

28 Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Salários e encargos	(18.420)	(18.248)	(19.172)	(18.905)
Serviços de terceiros	(17.402)	(18.114)	(17.891)	(18.465)
Aluguéis e arrendamentos	(2.405)	(1.247)	(2.428)	(1.270)
Depreciação e amortização	(121.759)	(107.827)	(121.859)	(107.864)
Seguros diversos	(2.936)	(3.521)	(2.957)	(3.546)
Combustíveis e lubrificantes	(1.928)	(1.143)	(1.928)	(1.145)
Serviços portuários	(909)	(799)	(909)	(799)
Custos diversos	(4.122)	(3.381)	(2.437)	(2.172)
	(169.881)	(154.280)	(169.581)	(154.166)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

29 Despesas gerais e administrativas

A Companhia apresenta as despesas gerais administrativas por natureza, como se segue:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Salários e encargos	(58.269)	(45.322)	(58.720)	(45.770)
Serviços de terceiros	(31.804)	(19.730)	(32.368)	(19.901)
Material de consumo	(456)	(381)	(457)	(381)
Viagens e estadias	(272)	(1.695)	(272)	(1.695)
Impostos e taxas	(2.018)	(10.377)	(2.675)	(10.810)
Depreciação e amortização	(7.257)	(7.383)	(1.191)	(1.314)
Provisão de contingências	2.053	1.965	2.053	1.965
Amortização direito de arrendamento (Nota 20)	(2.364)	(965)	(2.364)	(965)
Licença de uso de software	(2.401)	(1.167)	(2.401)	(1.172)
Publicidade	(838)	(410)	(930)	(503)
Energia elétrica	(731)	(1.215)	(731)	(1.233)
Despesas diversas	(4.586)	(4.669)	(4.613)	(4.700)
	(108.943)	(91.349)	(104.669)	(86.479)

30 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Despesas financeiras				
Despesas bancárias	(459)	(305)	(472)	(307)
IOF	(204)	(98)	(204)	(99)
Corretagem e comissões	(6.995)	(378)	(6.995)	(378)
Amortização custos de transação	(18.630)	(17.966)	(18.630)	(17.966)
Juros sobre empréstimos	(377.167)	(413.811)	(377.167)	(413.811)
Despesas de arrendamento (Vide Nota 20)	(451)	(253)	(2.054)	(1.469)
Atualização monetária	(77.472)	(126.387)	(77.472)	(126.387)
Multas e juros	(12.063)	-	(12.063)	-
Pis/Cofins sobre receitas financeiras	(2.409)	(2.981)	(2.419)	(3.011)
Variação monetária e cambial	(546)	(8.908)	(546)	(8.908)
Outras despesas financeiras	(193)	(1.047)	(278)	(1.809)
	(496.589)	(572.134)	(498.300)	(574.145)
Receitas financeiras				
Juros sobre aplicações financeiras	1.265	2.897	1.458	3.546
Juros ativos	3.322	(361)	3.385	(343)
Atualização monetária - partes relacionadas	46.959	60.746	46.959	60.746
Outras receitas financeiras	263	131	268	131
	51.809	63.413	52.070	64.080
Resultado financeiro líquido	(444.780)	(508.721)	(446.230)	(510.065)

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

31 Informações por segmento

As informações por segmento devem ser preparadas de acordo com o CPC 22 (Informações por Segmento), equivalente ao IFRS 8, e devem ser apresentadas em relação aos negócios da Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, identificados com base na sua estrutura de gerenciamento e em informações gerenciais internas.

A Porto do Açu utiliza segmentos, conforme descrito abaixo, que correspondem às suas unidades de negócio estratégicas, as quais oferecem diferentes serviços e são administradas separadamente. Para cada uma das unidades de negócios estratégicas, a diretoria analisa os relatórios internos da Administração ao menos uma vez por trimestre. O seguinte resumo descreve as operações em cada um dos segmentos relatáveis.

- **Segmento Administração de Retroárea (*Industrial Hub & T-Mult*)**

Refere-se à atividade de cessão do direito real de superfície relativo à retroárea do Complexo Industrial do Porto do Açu para diversos empreendimentos industriais, principalmente para empresas ligadas ao setor petroleiro. O Porto do Açu compreende 13.000 hectares, dos quais 210 hectares de áreas já locadas. Inclui-se ainda, no segmento de Administração de Retroárea, o canal do T2, em cujas margens estão se instalando empresas do segmento de Óleo e Gás.

A operação no *T-Mult*, localizado no T2 e incluído neste segmento, refere-se à prestação de serviços de operação portuária de embarque e desembarque, estocagem no porto e transporte rodoviário de diversos produtos, tais como carvão mineral, minérios e coque de petróleo e de outras cargas, bem como à atracação de plataformas de petróleo.

- **Fornecimento de Água**

Fornecimento de água para fins industriais aos clientes instalados no Complexo Industrial do Porto do Açu.

- **Outros**

Refere-se às demais empresas controladas pela Porto do Açu, incluindo empresas operacionais e não operacionais, são elas: Pedreira Sapucaia, G3X, GSA, Reserva Ambiental Caruara e SNF.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Resultado do exercício por segmento - findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	Consolidado				
	2020				
	Receita líquida	Custos	Despesas administrativas	Outras despesas e receitas	Resultado financeiro
Industrial Hub & T-Mult	209.548	(169.881)	(108.942)	18.229	(444.780)
Fornecimento de Água	6.424	(2.612)	(942)	81	(1.530)
Outros	645	(109)	(875)	94	80
Total	216.617	(172.602)	(110.759)	18.404	(446.230)

	Consolidado				
	2019				
	Receita líquida	Custos	Despesas administrativas	Outras despesas e receitas	Resultado financeiro
Industrial Hub & T-Mult	214.984	(154.280)	(91.349)	49.354	(508.721)
Fornecimento de Água	5.746	(2.019)	(551)	18	(1.931)
Outros	454	(52)	(649)	(831)	541
Total	221.184	(156.351)	(92.549)	48.541	(510.111)

Ativos por segmento em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	Consolidado					
	2020			2019		
	Investimento em controladas	Propriedades para Investimentos	Imobilizado e Intangíveis	Investimento em controladas	Propriedades para Investimentos	Imobilizado e Intangíveis
Industrial Hub & T-Mult	102.337	447.067	2.924.345	103.403	441.029	3.029.016
Fornecimento de Água	-	-	3.103	-	-	2.239
Outros	80	79.864	9.945	116	79.864	9.778
Total	102.417	526.931	2.937.393	103.519	520.893	3.034.926

32 Compromissos assumidos

A Companhia e suas controladas assumiram compromissos de compras futuras no valor de R\$228.467 (R\$170.992 em 31 de dezembro de 2019), que deverão ser cumpridos conforme acordado em contrato.

	Consolidado	
	2020	2019
Porto do Açu (a)	225.391	168.104
Águas Industriais (b)	2.747	150
Pedreira Sapucaia	226	226
Outros	103	2.512
Total	228.467	170.992

- (a) Refere-se a gastos de despesas gerais e administrativas das naturezas de serviços como: vigilância e segurança, suporte em T.I, transportes de funcionários, alimentação, seguro de vida e saúde, viagens, serviços de engenharia, consultorias, manutenção, energia, entre outros.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (b) Refere-se a gastos gerais e administrativos das naturezas de serviço como: consultorias, serviço de manutenção, energia, entre outros.

Do montante total consolidado de R\$ 228.467 em 31 de dezembro de 2020, destaca-se:

	Consolidado	
	2020	2019
Imobilizado (c)	17.655	20.007
Propriedade para investimento (d)	2.188	1.066
	19.843	21.073

- (c) Refere-se a gastos com aquisições de matérias e serviços para composição de ativos da companhia, como Maquinários, material para construção, elaboração de estudos e projetos de engenharia e outros.
- (d) Refere-se a gastos com desapropriação e aquisição de terrenos bem como emissão de laudos topográficos agrimensura e consultoria de regularização fundiária e imobiliária de imóveis e outros.

33 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento periódico das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os valores estimados de realização de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão vir a ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. A política da Administração da Companhia no que tange à gestão de capital é manter uma base sólida de capital para garantir a confiança dos investidores, credores e mercado, bem como assegurar o desenvolvimento futuro do negócio. Com base nisso, a Administração acompanha as previsões de retornos sobre capital no planejamento plurianual.

O conceito do “valor justo” prevê a avaliação de ativos e passivos com base nos preços de mercado, quando se tratar de ativos com liquidez, ou em metodologias matemáticas de precificação, no caso contrário. O nível de hierarquia do valor justo fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo. Uma parte das contas da Companhia tem seu valor justo igual ao valor contábil; são contas do tipo equivalentes de caixa, a pagar e a receber, dívidas *bullet* e de curto prazo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O quadro abaixo demonstra os saldos contábeis e respectivos valores justos dos instrumentos financeiros e a segregação do nível hierárquico, incluídos nos balanços patrimoniais consolidados:

	2020			2019		
	Custo amortizado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Valor justo por meio do resultado
Ativos						
Caixa e bancos	3.160	-	-	3.398	-	-
Aplicações financeiras	99.998	-	-	26.358	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	3.431	-	-
Caixa restrito	224.957	-	-	5.668	-	-
Clientes	116.317	-	-	100.871	-	-
Depósitos bancários vinculados	3.995	-	-	4.735	-	-
Depósitos restituíveis	55.239	-	-	52.491	-	-
Outros valores a receber	2.322	-	-	7.642	-	-
Créditos a receber	533.660	-	-	582.696	-	-
Debêntures	659.393	-	-	659.393	-	-
Créditos com terceiros	80.426	-	-	80.199	-	-
	1.779.467	-	-	1.526.882	-	-
Passivos						
Fornecedores	40.728	-	-	41.742	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	5.111.945	-	-	5.101.303	-	-
Outros passivos financeiros	4.326	-	-	6.419	-	-
Adiantamentos de clientes	20.332	-	-	22.667	-	-
Obrigações com terceiros	22.346	-	-	21.498	-	-
Passivo de arrendamentos	7.972	-	-	1.947	-	-
	5.207.649	-	-	5.195.577	-	-
	2020			2019		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Passivos						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	5.111.945	-	-	5.101.303	-
	-	5.111.945	-	-	5.101.303	-

(Nível 1) Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.

(Nível 2) Inputs diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

(Nível 3) Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Níveis 1 e 3 durante o período em análise e que não ocorreram transferências relevantes de níveis para este mesmo período.

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são mensurados ao custo amortizado. Os valores justos calculados pela Administração, são de R\$5.186.939 em 31 de dezembro de 2020 (R\$5.218.060 em 31 de dezembro de 2019), mantendo o próprio custo da dívida atual, pois não há base de comparação no mercado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Uma parte significativa desse valor consiste em contas a pagar com partes relacionadas, empréstimos com BNDES, FI-FGTS e fornecedores estrangeiros, e por serem um mercado exclusivo consideramos como valor justo o valor contábil. Para os demais ativos e passivos financeiros, dadas as características e os prazos de vencimento deles, os valores justos não diferem de forma relevante dos saldos contábeis.

A Companhia possui política formal para gerenciamento de riscos. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir, a qual é aprovada pelo Conselho de Administração. Os resultados obtidos com estas operações e a aplicação dos controles internos para o gerenciamento de riscos foram satisfatórios aos objetivos propostos.

Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos

As diretrizes de proteção são aplicadas de acordo com o tipo de exposição. Os fatores de riscos relacionados a moedas estrangeiras que deverão ser obrigatoriamente neutralizados no curto prazo são de até um ano, podendo a proteção se estender a um prazo maior. A tomada de decisão frente ao risco das taxas de juros e inflação oriundas dos passivos adquiridos será avaliada no contexto econômico e operacional e ocorrerá quando a Administração considerar o risco relevante. A Companhia e suas controladas não detinham contratos de instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Riscos de Mercado

(ii) Risco cambial

Risco de flutuação nas taxas de câmbio às quais podem estar associados a ativos e passivos da Companhia.

Em seu contexto operacional atual, a Companhia não possui riscos cambiais considerados relevantes pela Administração. Adicionalmente, não há instrumentos derivativos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

(iii) Risco de taxa de juros

Conforme detalhamento da Nota explicativa nº 22 - Empréstimos, financiamentos e debêntures, a identificação de risco de taxas de juros é ligado ao deslocamento das estruturas de juros associadas aos fluxos de pagamento de principal e juros da dívida.

Em 31 de dezembro de 2020, 100% do endividamento da Companhia estava associado aos índices de moedas locais, sendo 33,22% corrigidos pelo IPCA, 46,46% pela TLP e 20,32% pela Selic. Com relação às receitas em reais, as receitas de aluguel da Porto do Açu são corrigidas pelo IGP-M e os recursos financeiros da Companhia estão aplicados no banco Bradesco.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Com relação à mitigação dos riscos à variação das taxas de juros dentro do contexto atual apresentado, onde a empresa possui dívidas corrigidas por índices como SELIC, TLP e IPCA adicionados de uma sobretaxa fixa e possui todo seu caixa aplicado em uma carteira de baixo risco com rentabilidade indexada ao CDI, a Administração não considerou relevante, no curto prazo, o risco de juros associado ao passivo do Grupo Porto do Açu e, portanto optou por não abrir posição em operações de *hedge* para neutralizar esse risco específico.

A tabela abaixo resume o fluxo futuro de pagamento da dívida em milhares de reais, por credor, com cenário de sensibilidade nos índices de taxa de juros, sofrendo oscilação (acréscimo) de 25% e 50%. Para o cenário base, foram projetados os índices de 31 de dezembro de 2020 até o final dos contratos de empréstimo.

O cálculo de sensibilidade era feito anteriormente projetando o último índice disponível até o final da dívida. A partir de 30 de junho de 2020, o cálculo foi feito com base nas projeções do relatório Focus para todas as dívidas da Porto do Açu.

Consolidado - Fluxo de Pagamentos Futuros						
Descrição	Cenário Base		Cenário I - Alta de 25%		Cenário II - Alta de 50%	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
BNDES (Selic e TLP)	7.460.926	6.437.521	7.846.824	7.696.979	8.232.531	8.971.964
Debêntures (IPCA)	3.786.238	3.667.440	3.994.423	4.584.301	4.215.800	5.501.161
Total	11.247.165	10.104.961	11.841.247	12.281.280	12.448.331	14.473.125

As projeções utilizadas no cálculo têm data base em 31 de dezembro de 2020 e seguem abaixo:

Indicador	Mensal (%a.m.)											
	Jan/21	Fev/21	Mar/21	Abr/21	Mai/21	Jun/21	Jul/21	Ago/21	Set/21	Out/21	Nov/21	Dez/21
Selic	0,16%	0,17%	0,17%	0,17%	0,17%	0,17%	0,17%	0,19%	0,21%	0,23%	0,23%	0,25%
IPCA	0,30%	0,38%	0,26%	0,30%	0,21%	0,21%	0,21%	0,17%	0,23%	0,28%	0,26%	0,44%

Indicador	Anual (%a.a.)			
	2022	2023	2024	2025 em diante
Selic	4,50%	6,00%	6,00%	6,00%
IPCA	3,32%	3,50%	3,25%	3,20%

Risco de cash flow relacionado aos juros flutuantes

Existe um risco financeiro associado às taxas flutuantes que pode elevar o valor futuro dos passivos financeiros. O risco comum é a incerteza sobre o mercado futuro de juros, que tira a previsibilidade dos fluxos de pagamento. Em cenários de perda a estrutura a termo de juros se desloca para cima aumentando o valor do passivo. Alternativamente, a Companhia ainda pode ter seus passivos reduzidos nos cenários de queda das taxas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O risco mais importante associado ao passivo de juros advém da emissão de debêntures corrigida pelo IPCA, como mencionado no tópico anterior. Como a receita futura da Companhia terá correção pelo IGP-M e ambas são de longo prazo - dívida com vencimento em 2027, fato que aumenta o grau de incerteza sobre o mercado devido ao prazo - existe a neutralização de projeção de receitas com a amortização da dívida, minimizando o risco em questão.

Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe no cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber e de instrumentos financeiros da Companhia. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente.

Para mitigar os riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como o acompanhamento permanente das posições em aberto. Para avaliação das instituições financeiras com as quais mantém operações, a referência são os *ratings* das principais agências de risco utilizada no mercado: S&P, Moodys e Fitch, usando a avaliação e risco nacional ou internacional para longo prazo.

A Companhia possui uma Política de Aplicações Financeiras, na qual estabelece limites de aplicação por instituição e considera a avaliação de *rating* como referencial para limitar o montante aplicado. Os prazos médios são constantemente avaliados bem como os indexadores das aplicações para fins de diversificação do portfólio.

Uma taxa de perda de crédito esperada é calculada para cada recebível com base na condição financeira de cada contraparte. A avaliação de crédito foi criada utilizando-se de premissas e dados históricos das principais agências de risco e bureau de crédito. As taxas de perdas são calculadas via uma matriz de multiplicação entre a taxa de perda de crédito esperada de cada recebível e o seu nível de inadimplemento na carteira e por meio do uso do método de rolagem, a probabilidade de receber avança por estágios sucessivos de inadimplemento até a baixa completa.

Risco de Liquidez

A Companhia e suas controladas monitoram seu nível de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados em contrapartida ao montante disponível de caixa e equivalentes de caixa. A gestão do risco de liquidez implica em manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes e capacidade de liquidar posições de mercado.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros existentes, não descontados a valor presente, em 31 de dezembro de 2020. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	23.171	-	15.906	-	-	39.077
Empréstimos, financiamentos e debêntures	222.464	218.302	411.216	1.592.564	8.802.620	11.247.166
Outros passivos financeiros	4.378	-	-	-	-	4.378
Passivo de arrendamento	671	672	6.629	-	-	7.972
Adiantamentos de clientes	-	2.395	17.937	-	-	20.332
Obrigações com terceiros	-	-	22.345	-	-	22.345
Total por faixa de prazo	250.684	221.369	474.033	1.592.564	8.802.620	11.341.270

Para fins de comparação seguem abaixo os vencimentos contratuais de passivos financeiros existentes em 31 de dezembro de 2019. Esses valores são brutos e não-descontados, incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação:

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Passivos financeiros						
Fornecedores	41.743	-	-	-	-	41.743
Empréstimos, financiamentos e debêntures	498.883	349.132	695.640	2.114.401	6.172.909	9.830.965
Passivo de arrendamento	-	2.026	-	-	-	2.026
Outros passivos financeiros	-	6.419	-	-	-	6.419
Adiantamentos de clientes	-	2.391	20.276	-	-	22.667
Obrigações com terceiros	-	-	21.498	-	-	21.498
Total por faixa de prazo	540.626	359.968	737.414	2.114.401	6.172.909	9.925.318

34 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. A Companhia considera que a sua cobertura de seguros é consistente com as de outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as coberturas de seguros são as seguintes:

	Consolidado	
	2020	2019
Riscos operacionais		
Danos materiais	83.035	69.344
Responsabilidade Civil e por Danos Ambientais	329.279	306.321
Lucros cessantes	207.174	206.150
	619.488	581.815

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Composição de Diretoria

José Firmo
Diretor Presidente

Fernando Mouta
Diretor Financeiro

Vinícius Patel
Diretor Administração Portuária

Mariana Moraes
Diretor Jurídico

Tessa Major
Diretor Internacional de Inovação

Antonio Primo
Diretor Industrial

João Paulo Braz
Diretor de Logística

Ricardo de Luca
Diretor de Óleo e Gás

Renato Vieira
Gerente de Controladoria
Contador CRC RJ 103.959/O-5